

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

##### Atividades operacionais

A Guararapes Confeccões S.A. (“Companhia”), constituída em 6 de outubro de 1956, é uma sociedade anônima de capital aberto com sede no distrito industrial de Natal – Estado do Rio Grande do Norte, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. – BM&FBOVESPA (“BOVESPA”). A Companhia tem como objeto social:

- Indústria têxtil em geral;
- Indústria de confecções de roupas e de tecidos em geral, sua comercialização por atacado e a varejo, e exportação;
- Importação e comercialização, por atacado, de confecções e tecidos, produtos de perfumaria e esportivos, calçados, roupas de cama, mesa, banho e cozinha, brinquedos, relógios e cronômetros, artigos para fumantes e material de acampamento;
- Serviços de comunicação, publicidade e propaganda;
- Serviços de criação e confecção de artigos do vestuário em geral e de cama, mesa, banho e cozinha.

A partir de 1º de outubro de 2008, conforme decisão do acionista controlador, a Companhia passou a vender a totalidade de sua produção para a controlada Lojas Riachuelo S.A.

##### Empresas controladas

- Lojas Riachuelo S.A.

A Lojas Riachuelo S.A., empresa do ramo varejista e controlada da Guararapes Confeccões S.A., foi adquirida em abril de 1979, objetivando promover a integração entre o varejo e a produção, atualmente absorvendo toda produção da Companhia, através de suas 123 lojas presentes em todo o território nacional.

A Lojas Riachuelo S.A. tem como atividade preponderante a comercialização de confecções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos e ainda outros artigos que completam as suas linhas de lojas especializadas e de departamento, bem como prestação de serviços relacionados a análise e processamento de dados, emissão, representação comercial e serviços de cartão de crédito, além de organizar e administrar cartões de crédito e débito de qualquer espécie, de emissão própria ou de terceiros, abrangendo quaisquer atividades principais, acessórias ou correlatas a essa modalidade de pagamento, inclusive administrando os direitos e as obrigações de natureza financeira referentes às suas respectivas operações, tais como seguros, capitalização, previdência privada e serviços auxiliares à atividade financeira.

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

- Transportadora Casa Verde Ltda.

A Transportadora Casa Verde Ltda., empresa do ramo de transportes rodoviário, tem como atividade transportar os produtos e materiais da Companhia e da controlada Lojas Riachuelo S.A. de norte a sul do país.

- Midway Shopping Center Ltda.

A Midway Shopping Center Ltda., tem por objetivo a administração de Shopping Center, com instalações próprias, ocupa uma área de terreno de 67.987,71 m<sup>2</sup> e área construída de 231.000 m<sup>2</sup> dividida em 3 pavimentos com realização de investimentos inicial na ordem de R\$ 170 milhões. Para a conclusão do terceiro piso e do teatro foram desembolsados mais R\$ 95 milhões, totalizando o investimento em R\$ 265 milhões.

Iniciou suas atividade em abril de 2005 e atualmente com 287 empreendimentos assim distribuídos: 226 lojas satélites, 13 lojas ancoras, 36 fast food, 4 restaurantes, 7 salas de cinema e um teatro.

- Riachuelo Participações Ltda.

A Riachuelo Participações Ltda., instituída em outubro de 2006, tem por objetivo principal a participação na Midway Financeira S.A., intermediando as transações ocorridas na Lojas Riachuelo S.A. Em julho de 2008, juntamente com a Midway Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, deu início a suas atividades.

- Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

A Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento foi instituída em janeiro de 2008, tornando-se operacional no início de julho deste mesmo ano. Sua criação tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamento aos consumidores dos produtos e serviços da Lojas Riachuelo S.A., buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- ✓ As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado” – IFRS e BR GAAP; e
- ✓ As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Controladora” – BR GAAP.

## GUARARAPES CONFECCÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

### 2.2. NEUTRALIDADE PARA FINS TRIBUTÁRIOS DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 11.638/07 E DA MP Nº 449/08 (LEI Nº 11.941/09)

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o programa de integridade social (PIS) e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08 (Lei nº 11.941/09), foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. A Companhia manifestou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 2009 e 2010.

### 2.3. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo imobilizado para o qual a Companhia optou pela avaliação ao custo atribuído (*deemed cost*), conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”). Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção dos IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 4.

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### 2.4. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras individual e consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

### 2.5. TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Na elaboração das demonstrações financeiras as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com a taxa de câmbio vigente na data de cada transação.

No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

### 2.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 2.6.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (c) ativos financeiros disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

#### a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, no caso da Companhia e suas controladas, compreendem os saldos em aplicações financeiras de curto prazo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

#### b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável são incluídos nesta categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercado ativo ou não cotadas em mercado ativo, mas que possam ter os valores justos estimados razoavelmente.

As Controladas Riachuelo e Midway Financeira possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria, que correspondem a títulos e valores mobiliários.

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### c) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

No caso da Companhia e controladas compreendem:

- Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de cartão de crédito (Riachuelo e terceiros) e empréstimo pessoal são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme nota explicativa nº 7.

Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente, pois os mesmos não são relevantes nas demonstrações financeiras.

No caso da Midway S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, as operações vencidas após 60 dias têm seus rendimentos registrados na conta “Contas a receber”, e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos.

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída considerando-se a média histórica de perdas efetivas, complementada pela análise da Administração sobre as prováveis perdas dos créditos em aberto.

As contas a receber que possuam evidências objetivas que demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial desse ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros são provisionados. A Midway Financeira considera evidências de perdas considerando as características de sua carteira de crédito e são avaliados coletivamente agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares.

## GUARARAPES CONFECCÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### 2.6.2. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

### 2.6.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e adiantamentos de contrato de câmbio. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período.

## 2.7. ESTOQUES

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- ✓ Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis.
- ✓ Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.
- ✓ Estoques de materiais para manutenção e consumo: custo de aquisição segundo o custo médio, que não excede ao seu custo de reposição, os quais são baixados como custo da produção por ocasião do consumo ou obsolescência.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulante ou não circulante, considerando o histórico do consumo.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

### 2.8. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as adotadas pela controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor de participação dos acionistas minoritários é calculado e demonstrado separadamente. Ver nota explicativa nº 3.

### 2.9. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO (CONSOLIDADO)

A propriedade para investimento é representada por terrenos e edifício no Midway Shopping Center Ltda. mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 11.1.

## GUARARAPES CONFECCÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A propriedade para investimento é avaliada ao custo, incluindo os custos da transação.

O valor justo é mensurado para fins de divulgação e não reflete os investimentos futuros em capital fixo que aumentem o valor das propriedades e também não refletem os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

### 2.10. IMOBILIZADO

Terrenos, edifícios, máquinas e instalações estão demonstrados pelo valor justo (na data de transição), os demais bens do imobilizado são registrados ao custo, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução do valor recuperável (se aplicável).

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na nota explicativa nº 11.2.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultante do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta “Outras (despesas) receitas – líquidas”.

Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente 3 meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Imobilizações em andamento para fins de fornecimento de produtos ou serviços ou administrativos, são registradas ao valor de custo, deduzidas de qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.



## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - Ativo imobilizado e da ICPC 10, para as rubricas de terrenos, edifícios, máquinas e instalações. Para os demais itens do ativo imobilizado da Controladora, a Administração concluiu que o custo histórico se aproxima do valor justo em função das manutenções e reformas e neste caso não se aplica a prática do custo atribuído.

Para as Controladas, não foi adotada a prática do custo atribuído, em função das análises realizadas pela Administração para os itens de relevância registrados no imobilizado, representados substancialmente por bens de informática, instalações e benfeitorias em imóveis locados, concluiu-se que o custo histórico registrado aproxima-se do valor justo desses bens e, portanto, não se aplica a prática do custo atribuído. Tal conclusão está amparada nos seguintes aspectos: (i) as lojas locadas pela Companhia são submetidas a reformas periódicas com o objetivo de modernizá-las e torná-las adequadas e atrativas ao seu público. Nos últimos cinco anos, cerca de 60% das lojas da Companhia foram remodeladas ou inauguradas; (ii) as instalações das Centrais de Distribuição foram recentemente reformadas, visando adequar ao modelo de gestão dos estoques; e (iii) as instalações da Matriz foram reformadas e modernizadas em 2006.

### 2.11. PERDA POR REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS (“IMPAIRMENT”)

Os bens do imobilizado, intangível outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

### 2.12. INTANGÍVEL

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada no período, apurada de forma linear com base em sua vida útil definida.

As licenças de programas de computador adquiridas são capitalizadas e amortizadas às taxas 20% ao ano. Gastos associados à manutenção de softwares são registrados no resultado do exercício como despesa, a medida que são incorridos.

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### 2.13. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

São reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

#### 2.13.1. Imposto de renda sobre o lucro da exploração

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril, até o ano-base de 2017.

#### 2.13.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI concedido até agosto do ano de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês.

Adicionalmente, a Companhia é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI, concedidos até maio de 2019, sob a forma de financiamentos equivalentes a 75% do valor do ICMS. Os financiamentos estão sujeitos a juros de 3% a.a. e a atualização monetária com base na variação da TR. A amortização das parcelas ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado, após carência de 2 meses.

### 2.14. TRIBUTAÇÃO

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### 2.14.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

#### 2.14.2. Lucro da exploração

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Conforme descrito no item 2.13.1 desta nota explicativa, a Companhia possui incentivos fiscais concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE no que tange a:

- fabricação de produtos com redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 anos a 2017.

### 2.14.3. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Os impostos diferidos passivos foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos (ver notas explicativas nºs 20 e 2 - item 2.2), inclusos no Regime Tributário de Transação (RTT) como: custo atribuído dos ativos imobilizados e os impostos diferidos ativos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que seja liquidado/realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido.

### 2.15. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## GUARARAPES CONFECCÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### 2.16. DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

### 2.17. APURAÇÃO DO RESULTADO E RECONHECIMENTO DA RECEITA

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver.

#### 2.17.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda dos produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida.

#### 2.17.2. Receita/despesa de arrendamento

Os pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa na controlada e como receita na controladora pelo método linear pelo período de vigência do contrato. Ver nota explicativa nº 25.

### 2.18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de adiantamentos de contratos de câmbio, aplicações financeiras, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, e descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 23.

## 2.19. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Diretor Presidente. Ver nota explicativa nº 28.

## 2.20. DIVIDENDOS

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18.

## 2.21. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.22. PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisões para perdas de inventário, redução dos valores de recuperação dos ativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais, e estão demonstrados a seguir:

### a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de período de relatório, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

### b) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

### c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração avalia periodicamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisionamento aos clientes devedores.

Na controlada indireta Midway Financeira as contas a receber vencidas a partir de 181 dias permanecem no saldo da conta “Contas a receber”, mas são registrados na conta “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”.

### d) Provisão para passivos eventuais

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### e) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

### 2.23. LUCRO POR AÇÃO

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 – Lucro por ação, o lucro líquido deve ser apresentado como básico e diluído. Ver nota explicativa nº 26.

### 2.24. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS EXISTENTES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA E SUAS CONTROLADAS

Foram aprovados e emitidos até a divulgação das referidas demonstrações financeiras, normas da CVM, novos pronunciamentos técnicos contábeis, além de revisões de pronunciamentos anteriormente publicados, e novas interpretações do CPC e do IASB, aplicáveis ao exercício encerrado a partir de dezembro de 2011 e às demonstrações financeiras de 2010 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras de 2011, para fins de comparação.

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Modificações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	01/07/2010
Modificações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	01/07/2011
Modificações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	01/07/2011
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	01/01/2013
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40	01/01/2012
Modificações à IAS 32	Classificação de direitos	01/02/2010
Modificações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	01/01/2011
IFRIC 19	Liquidação de passivos financeiros com instrumentos de patrimônio	01/07/2010

## GUARARAPES CONFECCÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

IFRIC 13

Programa de fidelidade de clientes

01/07/2010

### 3. CONTROLADAS DA COMPANHIA

A Companhia possui investimentos nas seguintes empresas controladas, as quais foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Participação %	
	2010	2009
Lojas Riachuelo S.A.	100	100
Midway Shopping Center Ltda	100	100
Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimento *	100	100
Transportadora Casa Verde Ltda.	100	100

\* Controle indireto. A controlada Lojas Riachuelo S.A. detém o controle direto desta empresa.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor de participação dos acionistas minoritários é calculado e demonstrado separadamente. Ver nota explicativa no 28.

### 4. ADOÇÃO INICIAL DAS ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE EMITIDAS PELO IASB

#### 4.1. Aplicação da IFRS

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os exercícios apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

#### 4.2. Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora), a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).



GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação a consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetuou nas duas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 2. Tal procedimento foi adotado de forma a obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

4.3. As conciliações para as práticas contábeis nas demonstrações financeiras individual e consolidado estão demonstradas como segue:

Item	Controladora						Consolidado					
	Em 01/01/2009			Em 31/12/2009			Em 01/01/2009			Em 31/12/2009		
	(data de transição)			(data do último exercício apresentado de acordo com			(data de transição)			(data do último exercício apresentado de acordo com as		
	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS
<b>Ativos</b>												
<b>Ativos circulantes</b>												
Caixa e equivalentes de caixa	7.019	-	7.019	25.922	-	25.922	33.645	-	33.645	31.609	-	31.609
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	46.564	-	46.564	51.219	-	51.219
Contas a receber de clientes	(f) 375.858	-	375.858	238.057	-	238.057	422.022	(16.901)	405.121	675.626	(1.503)	674.123
Estoques	122.562	-	122.562	98.710	-	98.710	375.803	-	375.803	339.602	-	339.602
Tributos a recuperar	6.515	-	6.515	9.922	-	9.922	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	19.341	-	19.341	32.744	-	32.744	34.761	-	34.761	18.998	-	18.998
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c)	-	-	-	-	-	21.719	(21.719)	-	41.972	(41.972)	-
Outras contas a receber	(f) 7.663	-	7.663	8.795	-	8.795	22.538	13.191	35.729	16.703	1.504	18.207
<b>Total dos ativos circulantes</b>	<b>538.958</b>	<b>-</b>	<b>538.958</b>	<b>414.150</b>	<b>-</b>	<b>414.150</b>	<b>957.052</b>	<b>(25.429)</b>	<b>931.623</b>	<b>1.175.729</b>	<b>(41.971)</b>	<b>1.133.758</b>
<b>Ativos não circulantes</b>												
Tributos a recuperar	886	-	886	740	-	740	20.771	-	20.771	17.532	-	17.532
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c)	-	-	-	-	-	36.935	22.980	59.915	47.502	42.952	90.454
Partes relacionadas	11.327	-	11.327	15.725	-	15.725	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e Outros	1.641	-	1.641	15.644	-	15.644	2.500	-	2.500	22.097	-	22.097
Investimentos:												
Sociedades controladas	(e) 710.122	(48.707)	661.415	986.547	(41.927)	944.620	-	-	-	-	-	-
Imóveis comerciais	(a) 172.828	198.455	371.283	172.277	198.781	371.058	1.256	-	1.256	1.256	-	1.256
Propriedade para investimento	(l) -	-	-	-	-	-	-	187.683	187.683	-	203.364	203.364
Imobilizado	(a) 131.192	81.287	212.479	134.227	81.704	215.931	926.499	92.564	1.019.063	963.047	77.513	1.040.560
Intangível	65	-	65	65	-	65	33.748	60	33.808	38465	48	38.513
Diferido	(b) -	-	-	-	-	-	3.722	(3.722)	-	2894	(2.894)	-
<b>Total dos ativos não circulantes</b>	<b>1.028.061</b>	<b>231.035</b>	<b>1.259.096</b>	<b>1.325.225</b>	<b>238.558</b>	<b>1.563.783</b>	<b>1.025.431</b>	<b>299.565</b>	<b>1.324.996</b>	<b>1.092.793</b>	<b>320.983</b>	<b>1.413.776</b>
<b>Total dos ativos</b>	<b>1.567.019</b>	<b>231.035</b>	<b>1.798.054</b>	<b>1.739.375</b>	<b>238.558</b>	<b>1.977.933</b>	<b>1.982.483</b>	<b>274.136</b>	<b>2.256.619</b>	<b>2.268.522</b>	<b>279.012</b>	<b>2.547.534</b>

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Controladora							Consolidado					
Item	Em 01/01/2009			Em 31/12/2009			Em 01/01/2009			Em 31/12/2009		
	(data de transição)			(data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			(data de transição)			(data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS
<b>Passivos</b>												
<b>Passivos circulantes</b>												
Fornecedores	47.027	-	47.027	57.480	-	57.480	189.447	-	189.447	233.790	-	233.790
Empréstimos e financiamentos	184	-	184	156	-	156	121.862	-	121.862	101.054	-	101.054
Salários e encargos sociais	(f) 68.222	-	68.222	32.458	-	32.458	165.250	(18.781)	146.469	114.769	(23.197)	91.572
Impostos e contribuições sociais	8.687	-	8.687	14.322	-	14.322	74.984	-	74.984	100.984	-	100.984
Dividendos propostos	(d) 29.461	(368)	29.093	41.972	(666)	41.306	29.461	(368)	29.093	41.972	(666)	41.306
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	-	-	-	-	-	-	4.309	-	4.309	4.563	-	4.563
Obrigações com créditos cedidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56.584	-	56.584
Outras contas a pagar	(f) 6.099	-	6.099	4.995	-	4.995	27.824	(6.308)	21.516	55.136	(7.044)	48.092
<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>159.680</b>	<b>(368)</b>	<b>159.312</b>	<b>151.383</b>	<b>(666)</b>	<b>150.717</b>	<b>613.137</b>	<b>(25.457)</b>	<b>587.680</b>	<b>708.852</b>	<b>(30.907)</b>	<b>677.945</b>
<b>Passivos não circulantes</b>												
Provisão para passivos eventuais	(f) 14.149	-	14.149	24.181	-	24.181	22.282	18.781	41.063	35.989	23.197	59.186
Empréstimos com partes relacionadas	(f) 9.429	-	9.429	21.547	-	21.547	9.429	-	9.429	21.547	-	21.547
Contribuição social	(f) 10.149	-	10.149	2.323	-	2.323	10.149	-	10.149	2.323	-	2.323
Impostos e contribuições sociais diferidos	(c) -	95.112	95.112	-	95.365	95.365	-	95.112	95.112	-	95.365	95.365
Receitas Diferidas	(f) -	-	-	-	-	-	688	2.595	3.283	325	7.043	7.368
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>33.727</b>	<b>95.112</b>	<b>128.839</b>	<b>48.051</b>	<b>95.365</b>	<b>143.416</b>	<b>42.548</b>	<b>116.488</b>	<b>159.036</b>	<b>60.184</b>	<b>125.605</b>	<b>185.789</b>
<b>Total dos passivos</b>	<b>193.407</b>	<b>94.744</b>	<b>288.151</b>	<b>199.434</b>	<b>94.699</b>	<b>294.133</b>	<b>655.685</b>	<b>91.031</b>	<b>746.716</b>	<b>769.036</b>	<b>94.698</b>	<b>863.734</b>
<b>Capital e reservas</b>												
Capital social	1.200.000	-	1.200.000	1.300.000	-	1.300.000	1.200.000	-	1.200.000	1.300.000	-	1.300.000
Reserva de lucros	173.612	-	173.612	239.941	-	239.941	126.798	-	126.798	199.486	-	199.486
Ajuste de avaliação patrimonial	(a) -	184.630	184.630	-	180.707	180.707	-	184.630	184.630	-	180.707	180.707
Dividendos adicionais propostos	(c) -	368	368	-	666	666	-	368	368	-	666	666
Prejuízos acumulados	(b), (c), (e) -	(48.707)	(48.707)	-	(37.514)	(37.514)	-	(1.893)	(1.893)	-	2.941	2.941
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.373.612</b>	<b>136.291</b>	<b>1.509.903</b>	<b>1.539.941</b>	<b>143.859</b>	<b>1.683.800</b>	<b>1.326.798</b>	<b>183.105</b>	<b>1.509.903</b>	<b>1.499.486</b>	<b>184.314</b>	<b>1.683.800</b>
<b>Total do patrimônio líquido e passivos</b>	<b>1.567.019</b>	<b>231.035</b>	<b>1.798.054</b>	<b>1.739.375</b>	<b>238.558</b>	<b>1.977.933</b>	<b>1.982.483</b>	<b>274.136</b>	<b>2.256.619</b>	<b>2.268.522</b>	<b>279.012</b>	<b>2.547.534</b>

**GUARARAPES CONFECCÕES S.A. E CONTROLADAS**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**Resultado:**

	Controladora			Consolidado		
	Em 31/12/2009			Em 31/12/2009		
	(data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			(data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP	Efeito da transição		BR GAAP	Efeito da transição	
Item	anterior	para as IFRSs	IFRS	anterior	para as IFRSs	IFRS
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	751.856	-	751.856	2.183.457	667	2.184.124
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(542.205)	391	(541.814)	(959.888)	12.622	(947.266)
LUCRO BRUTO	209.651	391	210.042	1.223.569	13.289	1.236.858
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas comerciais	(8.122)	149	(7.973)	(681.341)	149	(681.192)
Despesas gerais e administrativas	(58.134)	3.596	(54.538)	(307.885)	79.109	(228.776)
Honorários da Administração	(5.264)	-	(5.264)	(11.421)	-	(11.421)
Depreciação e amortização	-	(9.904)	(9.904)	-	(85.381)	(85.381)
Resultado de equivalência patrimonial	51.841	6.780	58.621	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais - líquidas	48.557	6.511	55.068	14.013	6.546	20.559
TOTAL	28.878	7.132	36.010	(986.634)	423	(986.211)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	238.529	7.523	246.052	236.935	13.712	250.647
Receitas financeiras	2.711	-	2.711	86.736	-	86.736
Despesas financeiras	(4.102)	-	(4.102)	(61.024)	(12.235)	(73.259)
	(1.391)	-	(1.391)	25.712	(12.235)	13.477
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	237.138	7.523	244.661	262.647	1.477	264.124
IMPOSTO DE RENDA CORRENTE	(13.669)	-	(13.669)	(40.405)	-	(40.405)
IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO	-	(186)	(186)	20.194	(466)	19.728
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE	(15.644)	-	(15.644)	(38.912)	-	(38.912)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO	-	(67)	(67)	10.627	(67)	10.560
	(29.313)	(253)	(29.566)	(48.496)	(533)	(49.029)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	207.825	7.270	215.095	214.151	944	215.095
Lucro basico/diluido por ações ordinarias - ON R\$	3,17		3,28			-
Lucro basico/diluido por ações preferencias - PN R\$	3,49		3,61			-

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A seguir estão demonstradas as conciliações do patrimônio líquido, resultado e fluxo de caixa:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Item	Controladora		Consolidado	
		01/01/2009	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2009
<b>Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores</b>					
		1.373.612	1.539.941	1.326.798	1.499.486
Custo atribuído ao imobilizado	(a)	279.742	273.798	279.742	273.798
Efeito dos lucros não realizados nos estoques	(e)	(70.930)	(61.295)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	(c)	(70.996)	(67.838)	(95.112)	(93.091)
Equivalência patrimonial de controlada	(b)	(1.893)	(1.472)	(1.893)	(1.472)
Estorno depreciação custo anterior	(a)	-	-	-	4.413
Dividendos adicionais propostos	(d)	368	666	368	666
		<u>1.509.903</u>	<u>1.683.800</u>	<u>1.509.903</u>	<u>1.683.800</u>
<b>Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos</b>					
		<u>1.509.903</u>	<u>1.683.800</u>	<u>1.509.903</u>	<u>1.683.800</u>
<b>RESULTADO</b>					
	Item	Controladora		Consolidado	
		2009		2009	
<b>Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores</b>		207.825		214.151	
Custo atribuído ao imobilizado líquido dos impostos	(a)	-	3.923	-	3.923
Efeito dos lucros não realizados nos estoques líquido dos impostos	(e)		6.359		-
Equivalência patrimonial de Controlada	(b)		421		421
Estorno depreciação custo anterior	(a)		4.413		4.413
<b>Lucro líquido de acordo com as IFRSs</b>		215.095		215.062	

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e de suas controladas mantiveram-se inalterados na adoção pela primeira vez do IFRS e dos CPCs, entretanto, a apresentação da Demonstração dos fluxos de caixa sofre alterações devido aos ajustes que impactam algumas das rubricas desta demonstração.

FLUXO DE CAIXA	Item	Controladora			Consolidado		
		Em 31/12/2009			Em 31/12/2009		
		(data do último exercício apresentado)			(data do último exercício apresentado)		
		BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais		66.138	6.326	72.464	201.951	(6.627)	208.578
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		(24.254)	(6.326)	(30.580)	(164.626)	6.174	(170.800)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		(22.981)		(22.981)	(39.361)	453	(39.814)

**Notas às reconciliações**

Os novos pronunciamentos técnicos adotados pela Companhia que tiveram impacto nas demonstrações financeiras, em decorrência de divergências de prática com as normas vigentes anteriormente a 31 de dezembro de 2008 são demonstrados nas notas a seguir:

a) CPC 27 – Ativo Imobilizado (equivalente ao IAS 16)

A Companhia adotou a prática de revisão dos custos históricos dos bens do ativo imobilizado e utilização da prática do “custo atribuído” (“deemed cost”), conforme opção prevista nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

CPC 27 - Ativo imobilizado e da ICPC 10, para as rubricas de terrenos, edifícios, máquinas e instalações. Para os demais itens do ativo imobilizado da Controladora, a Administração concluiu que o custo histórico se aproxima do valor justo em função das manutenções e reformas e neste caso não se aplica a prática do custo atribuído.

Para as Controladas, não foi adotada a prática do custo atribuído, em função das análises realizadas pela Administração para os itens de relevância registrados no imobilizado, representados substancialmente por bens de informática, instalações e benfeitorias em imóveis locados, concluiu-se que o custo histórico registrado aproxima-se do valor justo desses bens e, portanto, não se aplica a prática do custo atribuído. Tal conclusão está amparada nos seguintes aspectos: (i) as lojas locadas pela Companhia são submetidas a reformas periódicas com o objetivo de modernizá-las e torná-las adequadas e atrativas ao seu público. Nos últimos cinco anos, cerca de 60% das lojas da Companhia foram remodeladas ou inauguradas; (ii) as instalações das Centrais de Distribuição foram recentemente reformadas, visando adequar ao modelo de gestão dos estoques; e (iii) as instalações da Matriz foram reformadas e modernizadas em 2006.

### b) CPC 04 – Ativo Intangível (equivalente ao IAS 38)

Quando da adoção dos CPCs 01 a 14, a controlada indireta Midway Financeira optou por manter em suas demonstrações financeiras o ativo diferido, de acordo com as normas do BACEN. Tendo em vista que estas representam as primeiras demonstrações financeiras consolidadas em IFRS da Companhia, o ativo diferido mantido pela Midway Financeira está sendo ajustado para fins de cálculo da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia e baixado para fins das demonstrações financeiras consolidadas. O efeito líquido deste ajuste está abaixo demonstrado:

	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
Ativo diferido	3.505	3.505
Amortização acumulada	<u>(1.051)</u>	<u>(350)</u>
Saldo líquido ajustado	2.454	3.155
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(982)</u>	<u>(1.262)</u>
Ajuste líquido	<u>1.472</u>	<u>1.893</u>

### c) CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (equivalente ao IAS 12)

As diferenças apontadas na reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil e a aplicação de CPCs/IFRSs foram objeto de análise para registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, considerando os critérios descritos anteriormente. A Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os ajustes de práticas contábeis apontados na reconciliação correspondente ao item h) desta nota.

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

### d) ICPC 8 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos (equivalente ao IAS 10)

A parcela de lucro proposta pela Companhia em valor superior a 25% do dividendo mínimo obrigatório e que não foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária dentro do exercício social, foi reclassificada do passivo circulante (dividendos propostos) para o patrimônio líquido em conta específica de reserva de lucros (dividendo adicional proposto).

De acordo com o antigo BR GAAP, os juros sobre o capital próprio e os dividendos são reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tenham sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com o IFRS, os dividendos são reconhecidos somente quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer proposta para pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado.

### e) ICPC 09 – Demonstrações contábeis individuais, separadas, e condensadas e aplicação do método de equivalência patrimonial

As diferenças apontadas nas reconciliações do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil e aplicação de CPC's / IFRSs foram objeto de análise para o registro de lucros não realizados em operações com controladas considerando os critérios descritos anteriormente.

A Companhia nas operações com a Controlada Riacuelo eliminou os lucros não realizados, líquidos dos impostos, não gerando diferenças entre os respectivos patrimônio líquido e do lucro líquido reconciliados (controladora e consolidado).

### f) Reclassificações das demonstrações financeiras

Com o objetivo de apresentar uma melhor comparação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e o balanço patrimonial na data de transição, em 1º de janeiro de 2009, foram reclassificados, a fim de estar consistente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

### g) CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente ao IAS 1)

Determina a base de apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, para assegurar a comparabilidade, seja das demonstrações de períodos anteriores da mesma entidade, seja das demonstrações financeiras de outras entidades. O principal impacto está na apresentação da demonstração do resultado abrangente, na alocação integral do imposto de renda e da contribuição social diferidos para o ativo não circulante e na apresentação separada de outras receitas e despesas operacionais.

### h) CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

Requer a apresentação de informações que permitam aos usuários avaliar a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e performance da entidade; a

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

natureza e a extensão dos riscos oriundos de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta; e a forma pela qual a entidade gerencia esses riscos. A Administração deve analisar a divulgação adicional requerida em suas informações e demonstrações financeiras de acordo com as exposições financeiras e de negócio, além do seu gerenciamento de risco e capital.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas atenderam aos requerimentos de evidenciação anteriormente normatizados pelo pronunciamento CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação para elaboração das demonstrações financeiras, originalmente apresentadas para 31 de dezembro de 2009. As demonstrações financeiras, comparativamente com as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, ora reapresentadas, atendem aos requerimentos previstos no pronunciamento CPC 40/IFRS 7, conforme está apresentado na nota explicativa nº 27.

### i) CPC 41/IAS 33 - Resultado por Ação

Determina que o resultado por ação deva ser calculado e divulgado em: (i) básico, dividindo-se o lucro ou prejuízo pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, durante o período; e (ii) diluído, no qual o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias são ajustados (capital próprio ordinário) da entidade, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

### j) CPC 22 - Informações por Segmento (equivalente ao IFRS 8)

Determina a necessidade de divulgação de informações segregadas por segmento operacional, definido como um componente da entidade: (i) que desenvolve atividades de negócio que geram receitas e incorre em despesas; (ii) que permite a revisão dos resultados operacionais pelo principal gestor das operações para a tomada de decisão sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho; e (iii) que possui informação financeira individualizada disponível. As informações sobre os segmentos operacionais estão divulgadas na nota explicativa nº 28.

### l) CPC 28/IAS 40 – Propriedade para investimento

Determina o estabelecimento o tratamento contábil de propriedades para investimento e respectivos requisitos de divulgação.

### m) Aplicação do IFRS 1 e CPC 37(R1), “First-time Adoption”

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras a ser apresentadas de acordo com as IFRS. A Companhia preparou o balanço de abertura em 1º de janeiro de 2009, preparado de acordo com a IFRS 1, aplicando as exceções obrigatórias e certas isenções, retrospectivamente, na aplicação integral das IFRS.



## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

A Companhia adotou as seguintes isenções, opcionais, na aplicação retrospectiva integral:

- Isenção para combinação de negócios - a Administração optou por não aplicar retroativamente a IFRS 3/CPC 15 nas combinações de negócio passadas.
- Isenção na mensuração do plano de benefícios a empregados - a Companhia não possuía plano de benefícios a empregados na data de transição para as IFRS/CPCs.
- Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos (derivativos) - a Companhia não possuía instrumentos financeiros compostos (derivativos) na data de transição para as IFRS.
- Isenção relacionada ao reconhecimento de participação em controlada – as controladas direta e indireta da Companhia não possuíam demonstrações financeiras apresentadas em IFRS na data de transição; por essa razão, a Administração optou por adotar a mesma data de transição em suas controladas direta e indireta.
- Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros - a Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com a IAS 32 e IAS 39 (equivalente ao CPC 38 e CPC 39, respectivamente) na data de transição; portanto, a análise retrospectiva dos contratos originais, dos atuais instrumentos financeiros, não foi efetuada na data de transição para as IFRS/CPCs. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados de acordo com as IFRS/CPCs na data de sua contratação.
- A Companhia adotou as isenções obrigatórias na aplicação retrospectiva, conforme segue:
- Isenção para não reconhecimento de ativos e passivos financeiros - a Administração concluiu não existir ativos e passivos financeiros não derivativos que devessem ser excluídos dos registros contábeis, na data de transição para as IFRS.
- Isenção para contabilização de operações de “hedge” - a Companhia não possuía nenhuma transação classificada como “hedge” para fins de IFRS, na data de transição; por essa razão, não existiam ajustes a ser contabilizados.
- Isenção de estimativas - a Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas registradas nas práticas contábeis anteriores, uma vez que entendeu que essas estimativas estavam de acordo com as IFRS na data de transição.
- Isenção de ativos classificados como disponíveis para venda e de operações descontinuadas - a Companhia não possuía ativos classificados para venda e não relatou nenhuma operação descontinuada na data de transição para as IFRS.

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

4.4. Efeitos no resultado e no patrimônio líquido para cada trimestre de 2009 e de 2010, decorrentes da plena adoção do IFRS e das novas práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Deliberação CVM nº 656 de 26/01/11

A Companhia optou por reapresentar as ITRs de 2010 comparativamente com as de 2009, também ajustadas às normas de 2010, quando da reapresentação da primeira ITR de 2011, conforme permitido pela Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011. Os efeitos do resultado e patrimônio líquido para cada trimestre de 2009 e de 2010 estão demonstrados a seguir:

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Controladora (BR GAAP)							
	01/01/2009	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
<b>Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores</b>	1.373.612	1.378.184	1.431.358	1.489.570	1.539.941	1.584.864	1.650.976	1.726.064
Custo atribuído ao imobilizado								
Custo atribuído ao imobilizado	279.742	278.256	276.770	275.284	273.798	272.312	270.826	269.340
Estorno da depreciação histórica do custo atribuído		1.672	3.344	5.016	6.688	1.672	3.344	5.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	(95.112)	(94.607)	(94.102)	(93.597)	(93.091)	(92.586)	(92.081)	(91.576)
Imposto de renda e contribuição social diferidos dos estornos da depreciação histórica		(569)	(1.137)	(1.706)	(2.274)	(626)	(1.252)	(1.878)
Efeito dos lucros não realizados nos estoques	(46.814)	(32.865)	(43.493)	(49.909)	(40.455)	(33.054)	(40.952)	(52.304)
Ajuste de equivalência da controlada - adoção da novas praticas	(1.893)	(1.788)	(1.683)	(1.578)	(1.473)	-	-	-
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	135.923	150.100	139.699	133.511	143.193	147.718	139.885	128.598
<b>Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos</b>	1.509.535	1.528.284	1.571.057	1.623.081	1.683.134	1.732.582	1.790.861	1.854.662
-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Consolidado (BR GAAP e IFRS)							
	01/01/2009	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
<b>Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores</b>	1.326.798	1.345.319	1.387.865	1.439.661	1.499.486	1.551.810	1.610.024	1.673.760
Custo atribuído ao imobilizado								
Custo atribuído ao imobilizado - terrenos	279.742	278.256	276.770	275.284	273.798	272.312	270.826	269.340
Estorno da depreciação histórica do custo atribuído	-	1.672	3.344	5.016	6.688	1.672	3.344	5.016
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	(95.112)	(94.607)	(94.102)	(93.597)	(93.091)	(92.586)	(92.081)	(91.576)
Imposto de renda e contribuição social diferidos dos estornos da depreciação histórica	-	(569)	(1.137)	(1.706)	(2.274)	(626)	(1.252)	(1.878)
Ajuste de equivalência da controlada - adoção da novas praticas	(1.893)	(1.788)	(1.683)	(1.578)	(1.473)	-	-	-
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos	182.737	182.965	183.192	183.420	183.648	180.772	180.837	180.902
<b>Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos</b>	1.509.535	1.528.284	1.571.057	1.623.081	1.683.134	1.732.582	1.790.861	1.854.662

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**RESULTADO**

	Controladora (BR GAAP)						
	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
<b>Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores</b>	4.572	53.175	58.211	91.867	44.923	66.112	75.088
Custo dos produtos vendidos - exaustão do custo atribuído	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)
Estorno da depreciação histórica do custo atribuído	1.672	1.672	1.672	1.672	1.841	1.841	1.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	505	505	505	506	505	505	505
Imposto de renda e contribuição social diferidos dos estornos da depreciação histórica	(569)	(569)	(569)	(567)	1.648	(626)	(626)
Efeito dos lucros nos estoques	13.926	(10.633)	(6.417)	9.450	7.401	(7.898)	(11.352)
Ajuste de equivalência da controlada - adoção da novas praticas	105	105	105	105			
Outros				33			
Efeito líquido decorrente da aplicação de novas práticas contábeis	14.153	(10.406)	(6.190)	9.713	9.909	(7.664)	(11.118)
<b>Total dos ajustes ao resultado de acordo com as IFRSs</b>	<b>18.725</b>	<b>42.769</b>	<b>52.021</b>	<b>101.580</b>	<b>54.832</b>	<b>58.448</b>	<b>63.970</b>

  

	Consolidado (BR GAAP)						
	31/03/2009	30/06/2009	30/09/2009	31/12/2009	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2010
<b>Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores</b>	18.498	42.542	51.794	101.317	52.324	58.214	63.736
Custo dos produtos vendidos - exaustão do custo atribuído	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)	(1.486)
Estorno da depreciação histórica do custo atribuído	1.672	1.672	1.672	1.672	1.841	1.841	1.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	505	505	505	506	505	505	505
Imposto de renda e contribuição social diferidos dos estornos da depreciação histórica	(569)	(569)	(569)	(567)	1.648	(626)	(626)
Ajuste de equivalência da controlada - adoção da novas praticas	105	105	105	105	-	-	-
Outros	-	-	-	33	-	-	-
Efeito líquido decorrente da aplicação de novas práticas contábeis	227	227	227	263	2.508	234	234
<b>Total dos ajustes ao resultado de acordo com as IFRSs</b>	<b>18.725</b>	<b>42.769</b>	<b>52.021</b>	<b>101.580</b>	<b>54.832</b>	<b>58.448</b>	<b>63.970</b>

Estas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia, conforme requerimentos da CVM para informações trimestrais (NPA 06 IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
Caixa	6	6	4	834	642	1.120
Bancos	284	281	310	20.197	19.768	20.419
Aplicações financeiras (*)	74.390	25.635	6.705	110.020	11.199	12.106
Total	<u>76.690</u>	<u>25.922</u>	<u>7.019</u>	<u>131.051</u>	<u>31.609</u>	<u>33.645</u>

### Controladora:

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por Certificado de Depósito Bancário – CDBs e cotas de fundos de investimentos de renda fixa, com mercado de liquidez imediata, administrados por instituições financeiras independentes, sendo as principais Santander, Bradesco, Alfa e Safra. Os rendimentos estão vinculados a taxa média de 100,19% da CDI.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (CONSOLIDADO)

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/09
Letras Financeiras do Tesouro – LTF (a)	51.725	51.219	46.564
Letras do Tesouro Nacional – LTN (a)	142.894	-	-
Total	<u>194.619</u>	<u>51.219</u>	<u>46.564</u>

A carteira de títulos da controlada indireta Midway Financeira estava composta por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor justo dos ativos financeiros foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Os títulos públicos classificados como disponíveis para venda estavam distribuídos da seguinte forma:

Consolidado (IFRS e BR GAAP) - 31/12/10					
Valor de mercado			Valor atualizado	Ajuste a mercado	
De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total			
LFTs	22.489	29.236	51.725	51.746	(21)
LTNs	<u>142.894</u>	-	<u>142.894</u>	<u>142.991</u>	<u>(97)</u>
Total	<u>165.383</u>	<u>29.236</u>	<u>194.619</u>	<u>194.737</u>	<u>(118)</u>

  

Consolidado (IFRS e BR GAAP) - 31/12/09					
Valor de mercado			Valor atualizado	Ajuste a mercado	
Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total			
LFTs	<u>6.146</u>	<u>45.073</u>	<u>51.219</u>	<u>51.279</u>	<u>(60)</u>

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Consolidado (IFRS e BR GAAP) - 01/01/09				
Valor de mercado			Valor atualizado	Ajuste a mercado
Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total		
LFTs	<u>5.590</u>	<u>40.974</u>	<u>46.564</u>	<u>46.656</u>
				(92)

**7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
Empresa controlada	234.706	238.000	374.222	-	-	-
Outros clientes	78	157	2.279	985.343	821.235	446.825
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(100)	(100)	(643)	(142.205)	(147.112)	(41.704)
Total	<u>234.684</u>	<u>238.057</u>	<u>375.858</u>	<u>843.138</u>	<u>674.123</u>	<u>405.121</u>

As vendas da Companhia são concentradas na Controlada Lojas Riachuelo S.A., as quais representam 100% das vendas e 100% do saldo do contas a receber, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

A rubrica com o título de Empresa controlada se refere ao saldo de contas a receber da Lojas Riachuelo S.A. O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de produtos é de 30 a 60 dias da data da competência do faturamento.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Em milhares de reais	
	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2008	643	41.704
Constituições (Reversões)	(222)	105.729
Baixas	(321)	(321)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>100</u>	<u>147.112</u>
Constituições	-	94.211
Baixas	-	(99.118)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>100</u>	<u>142.205</u>

Em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro 2009 e em 1º de janeiro de 2009 os saldos de contas a receber por data de vencimento estavam assim apresentados:

**(a) Empresas controladas**

	2010	2009	01/01/09
A vencer	234.706	238.000	259.495
Vencidos até 30 dias	-	-	114.700
Vencidos acima de 31 dias	-	-	27
Total	<u>234.706</u>	<u>238.000</u>	<u>374.222</u>

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

No exercício de 2009 foi autorizado pela Assembléia Geral Extraordinária de 06 de novembro de 2009, o aumento do capital social na controlada Lojas Riachuelo S/A pela Companhia no montante de R\$ 250.000 com a liquidação de créditos em duplicatas.

**(b) Outros clientes**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
A vencer	50	155	1.237	839.709	664.325	327.307
Vencidos até 30 dias	28	2	173	30.007	26.541	37.962
Vencidos entre 31 e 60 dias	-	-	218	11.047	8.984	15.546
Vencidos entre 61 e 90 dias	-	-	118	10.148	7.950	15.217
Vencidos entre 91 e 180 dias	-	-	125	26.681	26.049	50.615
Vencidos há mais de 180 dias	-	-	408	67.751	87.386	178
Total	78	157	2.279	985.343	821.235	446.825

**Ajuste a valor presente**

Em 31 de dezembro de 2010, os ajustes a valor presente de contas a receber foram calculados pela Companhia em R\$ 2.825 e R\$ 1.732 (R\$ 2.421 e R\$ 2.754 em 31 de dezembro de 2009) na controladora e consolidado, respectivamente, e devido a irrelevância os mesmos não foram registrados contabilmente.

**8. ESTOQUES**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Produtos acabados e mercadorias para revenda	21.282	19.099	27.165	276.666	246.055	279.354
Produtos em elaboração	39.433	27.876	24.892	39.433	27.876	24.892
Matérias – primas	58.410	19.987	32.049	67.688	19.987	32.049
Materiais secundários e outros	41.839	24.551	36.955	41.839	41.112	41.817
Materiais em trânsito	7.337	7.197	1.501	7.337	7.197	1.501
Provisão para perdas de inventário	-	-	-	(4.835)	(2.625)	(3.810)
Total	168.301	98.710	122.562	428.128	339.602	375.803

O valor da provisão para perdas de inventário refere-se às prováveis perdas de inventário na Controlada Lojas Riachuelo S.A., conforme descrito a seguir:

**Consolidado (IFRS e BR GAAP)**

Saldo em 31 de dezembro de 2008	(3.810)
Constituições	(2.570)
Baixa provisão por utilização	<u>3.755</u>

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Saldo em 31 de dezembro de 2009	(2.625)
Constituições	(7.367)
Baixa provisão por utilização	<u>5.157</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>(4.835)</u>



GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

## 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e							
Serviços - ICMS - ativo imobilizado	(a)	1.126	1.477	1.482	21.552	19.430	22.505
ICMS a compensar	(b)	-	660	319	3.271	3.867	6.229
Imposto de Renda	(c)	621	3.741	508	638	4.575	1.300
Programa de Integração Social - PIS e							
Contribuição para o Financiamento da Seguridade							
Social - COFINS a compensar	(d)	999	2.075	3.764	1.010	2.082	22.165
Imposto Produtos Industrializados – IPI	(e)	553	1.761	933	553	1.761	933
Outros		764	948	395	3.896	4.816	2.400
Total		<u>4.063</u>	<u>10.662</u>	<u>7.401</u>	<u>30.920</u>	<u>36.531</u>	<u>55.532</u>
Circulante		3.421	9.922	6.515	11.007	18.999	34.761
Não circulante		642	740	886	19.913	17.532	20.771

- (a) Representa os valores de créditos de ICMS referente a Lei nº 8.200/ referente a compra de ativo imobilizado, a serem apropriados na apuração do ICMS na razão 1/12 avos.
- (b) Créditos de ICMS a serem recuperados na apuração do mês seguinte, são créditos oriundos de antecipações efetuadas na compra de materiais.
- (c) Imposto de renda de aplicações financeiras e saldo de imposto de renda pagos Antecipados, a ser compensados durante o exercício de 2011.

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

- (d) PIS e COFINS de compra de equipamentos na Controladora a ser aproveitados na razão de 1/12 avos. No consolidado o valor expressivo em 01/01/2009, refere-se aos créditos nas aquisições de bens e nos serviços contratados de R\$ 17.662 apurados pela controlada Lojas Riachuelo S.A. no período de Janeiro de 2004 a dezembro de 2008 para o PIS e Fevereiro de 2004 a Dezembro de 2008 para o COFINS. Este valor foi todo compensado no decorrer de 2009.
- (e) Créditos de IPI a compensar oriundos da compra de matérias primas e insumos pela controladora, que a cada trimestre efetua a compensação no recolhimento dos tributos Federais através do PERDCOMP, principalmente com PIS e COFINS.

**10. INVESTIMENTOS**

<u>Controladas no Brasil</u>	<u>Atividade</u>	<u>Situação</u>	<u>Ações ou quotas detidas (em milhares) 2010 e 2009</u>	<u>Participação e capital votante em 31/12/2010 e 31/12/2009</u>
			<u>Ordinárias</u>	<u>%</u>
Lojas Riachuelo S.A.	Varejo	Ativa	485.292	100,00
Midway Shopping Center Ltda.	Shopping	Ativa	170.000	100,00
Transportadora Casa Verde Ltda.	Transporte	Ativa	0,20	99,50
Midway S.A. - Crédito Financiamento e Investimento	Financeiro	Ativa	50.000	0,01 (*)

(\*) A Controlada Lojas Riachuelo S.A. possui o controle com 99,99%.

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

	<u>Lojas Riachuelo S.A.</u>	<u>Midway Shopping Center Ltda.</u>	<u>Transp.Casa Verde Ltda.</u>	<u>Midway S.A. Crédito Financiamento e Investimento.</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2009	482.546	170.967	7.895	7	661.415
Integralização de capital	250.000	-	-	-	250.000
Equivalência patrimonial	40.217	18.394	6	4	58.621
Dividendos propostos	(7.941)	(17.475)	-	-	(25.416)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>764.822</u>	<u>171.886</u>	<u>7.901</u>	<u>11</u>	<u>944.620</u>
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	(71)	-	-	-	(71)
Equivalência patrimonial	154.582	17.990	13	8	172.593
Dividendos	(35.222)	(17.089)	-	-	(52.311)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>884.111</u>	<u>172.787</u>	<u>7.914</u>	<u>19</u>	<u>1.064.831</u>

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Participação</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Total de passivos</u>	<u>Patrimônio líquido (PL) ajustado</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>	<u>Lucro ou (prejuízo) ajustado</u>	<u>Participação da Companhia no resultado das investidas (equivalência patrimonial)</u>
<b><u>31 de dezembro de 2009</u></b>								
Lojas Riachuelo S.A.	100%	1.428.167	622.890	805.277	2.024.224	1.984.007	40.217	40.217
Midway Shopping Center Ltda.	100%	215.385	43.497	171.888	32.513	14.119	18.394	18.394
Transportadora Casa Verde Ltda.	99,5%	9.099	1.160	7.939	14.889	14.883	6	6
Midway S.A. - Crédito Financiamento e Investimento	0,01%	670.035	560.407	109.628	248.838	214.365	34.473	3

**31 de dezembro de 2010**

Lojas Riachuelo S.A.	100%	2.031.047	1.112.747	918.300	2.340.119	2.185.537	154.574	154.574
Midway Shopping Center Ltda.	100%	237.201	64.454	172.747	35.641	17.651	17.990	17.990
Transportadora Casa Verde Ltda.	99,5%	9.378	1.424	7.954	16.669	16.656	13	13
Midway S.A. - Crédito Financiamento e Investimento	0,01%	1.048.228	854.913	193.315	384.273	300.575	83.698	8

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

11. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO E IMOBILIZADO

11.1 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

De acordo com o pronunciamento CPC 28 as propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou valorização de capital podem ser registradas como propriedade para investimento. As propriedades para investimento foram inicialmente mensuradas pelo seu custo. A Administração da Companhia decidiu por adotar o método de custo para melhor refletir o seu negócio.

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

31/12/10    31/12/09    01/01/09

Propriedades para investimento construídas    228.227    203.364    187.683

Consolidado  
(IFRS e BR GAAP)

2010            2009

Saldo no início do exercício	203.364	187.683
Adições	34.142	24.399
Depreciações	(8.782)	(7.758)
Baixas	(497)	(960)
Saldo no fim do exercício	<u>228.227</u>	<u>203.364</u>

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

O valor justo da propriedade de investimento em exploração e em desenvolvimento foi determinado através de avaliação reportada à data, efetuada por uma entidade especializada independente e montou em R\$ 480.812.

## 11.2 IMOBILIZADO

		Controladora (BR GAAP)			
		2010		2009	01/01/09
Taxas anuais de depreciação %		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Imóveis comerciais (a)</u>					
-	Terrenos	217.565	-	217.565	217.122
4%	Edifícios	221.617	(82.162)	139.455	150.384
	Obras em andamento	8.235	-	8.235	3.777
	Total	<u>447.417</u>	<u>(82.162)</u>	<u>365.255</u>	<u>371.283</u>
<u>Imobilizado</u>					
4%	Imóveis	88.326	(31.921)	56.405	59.431
6%	Máquinas	227.301	(91.835)	135.466	125.591
5%	Instalações	28.100	(14.717)	13.383	13.460
10% e 20%	Móveis e utensílios	25.626	(14.417)	11.209	11.425
20%	Veículos e transportes	1.330	(1.040)	290	310
-	Imobilizações em curso	15.029	-	15.029	2.262
	Total	<u>385.712</u>	<u>(153.930)</u>	<u>231.782</u>	<u>212.479</u>

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Consolidado (BR GAAP e IFRS)					
Taxas anuais de depreciação %	2010			2009	01/01/09
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
<b><u>Imóveis comerciais (a)</u></b>					
Terrenos	-	217.565	-	217.565	217.122
Edifícios	4%	221.617	(82.162)	145.258	150.384
Obras em andamento	-	8.235	-	8.235	3.777
Total		<u>447.417</u>	<u>(82.162)</u>	<u>371.058</u>	<u>371.283</u>
<b><u>Imobilizado</u></b>					
Imóveis	4%	535.196	(114.525)	427.895	430.166
Benfeitoria imóveis terceiros	10% e 20%	275.188	(108.791)	155.735	140.610
Máquinas	6%	227.301	(91.921)	128.418	124.935
Instalações	5%	475.225	(207.853)	220.251	220.068
Móveis e utensílios	10% e 20%	214.281	(125.720)	80.800	73.058
Veículos e transportes	20%	56.430	(50.070)	8.883	13.944
Imobilizado em curso	-	54.937	-	18.577	16.283
Total		<u>1.838.558</u>	<u>(698.880)</u>	<u>1.040.560</u>	<u>1.019.063</u>

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Imóveis comerciais				Controladora (BR GAAP)						
					Imobilizado						
	Terrenos	Edifícios	Obras em andamento	Total	Imóveis	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	Imobilização em curso	Total
Custo											
Saldos em 1º de janeiro de 2009	217.122	220.001	3.777	440.900	85.059	201.310	26.782	21.609	1.241	2.261	338.262
Adições	443	655	4.864	5.962	-	11.613	702	1.719	-	4.257	18.291
Baixas	-	-	-	-	(157)	(834)	-	(10)	(48)	-	(1.049)
Transferências	-	406	(406)	-	1.542	-	-	-	-	(1.542)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	217.565	221.062	8.235	446.862	86.444	212.089	27.484	23.318	1.193	4.976	355.504
Adições	-	555	-	555	-	15.431	636	2.315	172	11.962	30.516
Baixas	-	-	-	-	-	(219)	(20)	(7)	(35)	(27)	(308)
Transferências	-	-	-	-	1.882	-	-	-	-	(1.882)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	217.565	221.617	8.235	447.417	88.326	227.301	28.100	25.626	1.330	15.029	385.712
Depreciação acumulada											
Saldos em 1º de janeiro de 2009	-	(69.617)	-	(69.617)	(25.628)	(75.719)	(13.322)	(10.184)	(931)	-	(125.784)
Despesa de depreciação	-	(6.187)	-	(6.187)	(3.142)	(8.647)	(690)	(2.089)	(102)	-	(14.670)
Baixas	-	-	-	-	36	789	-	9	47	-	881
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	(75.804)	-	(75.804)	(28.734)	(83.577)	(14.012)	(12.264)	(986)	-	(139.573)
Despesa de depreciação	-	(6.358)	-	(6.358)	(3.187)	(8.428)	(705)	(2.160)	(89)	-	(14.569)
Baixas	-	-	-	-	-	170	-	7	35	-	212
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	(82.162)	-	(82.162)	(31.921)	(91.835)	(14.717)	(14.417)	(1.040)	-	(153.930)
Saldo líquidos em:											
1º de janeiro de 2009	217.122	150.384	3.777	371.283	59.431	125.591	13.460	11.425	310	2.261	212.478
31 de dezembro de 2009	217.565	145.258	8.235	371.058	57.710	128.512	13.472	11.054	207	4.976	215.931
31 de dezembro de 2010	217.565	139.455	8.235	365.255	56.405	135.466	13.383	11.209	290	15.029	231.782

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)											
	Imóveis comerciais				Imobilizado							
	Terrenos	Edifícios	Obras em andamento	Total	Imóveis	Benfeitorias imóveis terceiros	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	Imobilização em curso	Total
<u>Custo</u>												
Saldo em 1º de janeiro de 2009	217.122	220.001	3.777	440.900	525.410	204.851	201.310	380.278	166.123	55.104	16.283	1.549.359
Adições	443	655	4.864	5.962	5.964	267	11.613	12.503	2.430	279	99.063	132.119
Baixas	-	-	-	-	(8)	-	(834)	(4.339)	(5.688)	(388)	(3.672)	(14.928)
Transferências	-	406	(406)	-	1.393	36.367	-	18.776	24.728	673	(93.096)	(11.159)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	217.565	221.062	8.235	446.862	532.759	241.485	212.089	407.219	187.593	55.668	18.577	1.655.390
Adições	-	555	-	555	555	-	15.431	2.452	6.819	705	169.280	195.241
Baixas	-	-	-	-	-	(215)	(219)	(1.183)	(534)	(165)	(3.720)	(6.036)
Transferências	-	-	-	-	1.882	33.918	-	66.737	20.404	222	(129.200)	(6.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	217.565	221.617	8.235	447.417	535.196	275.188	227.301	475.225	214.281	56.430	54.937	1.838.559
<u>Depreciação acumulada</u>												
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	(69.617)	-	(69.617)	(95.244)	(64.241)	(75.719)	(160.210)	(93.721)	(41.160)	-	(530.296)
Despesa de depreciação	-	(6.187)	-	(6.187)	(9.656)	(21.053)	(8.646)	(29.822)	(18.153)	(5.858)	-	(93.187)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	(21)	-	-	-	(21)
Baixas	-	-	-	-	36	(456)	788	3.086	4.986	233	-	8.673
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(75.804)	-	(75.804)	(104.864)	(85.750)	(83.577)	(186.967)	(106.887)	(46.785)	-	(614.831)
Despesa de depreciação	-	(6.358)	-	(6.358)	(9.661)	(23.185)	(8.514)	(21.241)	(19.168)	(3.346)	-	(85.116)
Baixas	-	-	-	-	-	144	170	355	336	61	-	1.066
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(82.162)	-	(82.162)	(114.525)	(108.791)	(91.921)	(207.853)	(125.720)	(50.070)	-	(698.880)
Saldo líquidos em:												
1º de janeiro de 2009	217.122	150.384	3.777	371.283	430.166	140.610	125.591	220.068	72.402	13.944	16.283	1.019.063
31 de dezembro de 2009	217.565	145.258	8.235	371.058	427.895	155.735	128.512	220.251	80.706	8.883	18.577	1.040.560
31 de dezembro de 2010	217.565	139.455	8.235	365.255	420.671	166.397	135.380	267.371	88.562	6.360	54.937	1.139.678



### Depreciação

A Companhia e a Controlada Lojas Riachuelo S.A. efetuaram a revisão da vida útil estimada de seu ativo imobilizado e alteraram a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de máquinas, edifícios, instalações e benfeitorias em móveis de terceiros sobre os saldos registrados em 1º de janeiro de 2010. A avaliação da vida útil dos ativos foi concebida com auxílio dos engenheiros da Companhia e empresa independente.

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis ao exercício de 2009, bem como as taxas anuais de depreciação revisadas para a depreciação a partir de 1º de janeiro de 2010, definida com base na vida útil econômica dos ativos, apresentando uma redução da depreciação anual em torno de R\$ 1.420 em relação à Controladora e R\$ 11.900 no Consolidado.

	Taxa 2009 - %	Taxa a partir de 1/01/2009 - % Média
Máquinas e equipamentos	10	6
Instalações	10	5
Edificações	4	4

A alteração nas taxas do cálculo da depreciação deve ser tratada como uma mudança de estimativa, a qual, de acordo com o CPC 27 (IAS 16) e CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, tem seus efeitos reconhecidos de forma prospectiva, não havendo a necessidade de retroagir os efeitos da depreciação com as taxas revisadas.

A depreciação do exercício foi apropriada ao custo de produção e mercadorias vendidas e despesas do período.

### Adoção do custo atribuído

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela atribuição do custo atribuído para o ativo imobilizado.

As controladas não optaram pela adoção da prática do custo atribuído, pois na análise efetuada pela Administração para os bens de relevância registrados no imobilizado, como instalações, bens de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros, concluiu-se que o custo histórico se aproximava do valor justo e, portanto, não se aplica essa prática. Tal conclusão deve-se aos seguintes aspectos: (i) as lojas locadas pela Lojas Riachuelo S.A. são submetidas a reformas periódicas com o objetivo de modernizá-las e torná-las adequadas e atrativas ao seu público. Nos últimos cinco anos, cerca de 60% das lojas da Lojas Riachuelo S.A. foram remodeladas ou inauguradas; (ii) as instalações das Centrais de Distribuição foram recentemente reformadas, visando adequar ao modelo de gestão dos estoques; e (iii) as instalações da Matriz foram reformadas e modernizadas em 2006.

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Na controladora, os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por empresa independente, gerando um acréscimo de R\$ 279.741 ao custo do ativo imobilizado na Controladora e no Consolidado. Sobre o saldo constitui-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos de R\$ 95.111 na controladora e no consolidado, e estão demonstrados a seguir:

	<u>Custo atribuído</u>	<u>Impostos incidentes</u>	<u>Líquido em 01/01/2009</u>
Terrenos	149.167	50.717	98.450
Edifícios	49.287	16.758	32.529
Máquinas	71.922	24.453	47.469
Instalações	9.365	3.183	6.182
Total	<u>279.741</u>	<u>95.111</u>	<u>184.630</u>

A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes no montante de R\$ 184.630.

### Imobilizações em andamento

#### Consolidado:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros

As benfeitorias em imóveis de terceiros compreendem, substancialmente, gastos com a reforma ou adaptação das lojas, amortizáveis entre cinco e dez anos.

- Construções em andamento

Refere-se a investimentos na abertura e reforma de lojas além de melhorias nas centrais de distribuição.

### Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado e intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia pela sua controlada para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. Foram estabelecidos indicadores de desempenho operacional e financeiro e, para as lojas que apresentam indicadores negativos, a

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual (por loja) descontado a valor presente e comparado ao valor dos ativos

Em 31 de dezembro de 2010, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado e intangível ao seu valor de recuperação.

**Bens dados em garantia**

A Companhia possuía máquinas e equipamentos dados em garantidas de processos fiscais, os quais, em 31 de dezembro de 2010, totalizam R\$ 24.000, líquidos de depreciação.

**12. INTANGÍVEL**

Controladora						
Taxa anual de amortização %	2010			2009	01/01/09	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e patentes	-	70	-	70	65	65
Despesas com implantação	20%	<u>2.088</u>	-	<u>2.088</u>	-	-
Total		<u>2.158</u>	-	<u>2.158</u>	<u>65</u>	<u>65</u>

  

Consolidado						
Taxa anual de amortização %	2010			2009	01/01/09	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e patentes	-	676	-	676	641	600
Pontos comerciais (*)	10%	16.842	(5.185)	11.657	11.489	13.324
Software	20%	59.128	(35.748)	23.380	26.383	19.884
Despesas com implantação	20%	<u>2.135</u>	<u>(47)</u>	<u>2.088</u>	-	-
Total		<u>78.781</u>	<u>(40.980)</u>	<u>37.801</u>	<u>38.513</u>	<u>33.808</u>

(\*) Representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentado na existência de ponto comercial onde se localizam as lojas da Riachuelo. O fundo de comércio, R\$ 1.250, trata-se de um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo, enquanto o direito de uso pago pela utilização da infraestrutura do imóvel, R\$ 14.480, é amortizável entre seis e dez anos, de acordo com os prazos dos contratos de aluguel.

As movimentações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		
	Marcas e patentes	Despesas com implantação	Total
<u>Custo</u>			
Saldo em 1º de janeiro de 2009	65	-	65
Adições	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	65	-	65
Adições	5	2.088	2.093
Saldo em 31 de dezembro de 2010	70	2.088	2.158
 Saldos líquidos em:			
1º de janeiro de 2009	65	-	65
31 de dezembro de 2009	65	-	65
31 de dezembro de 2010	70	2.088	2.158

	Consolidado				
	Marcas e patentes	Pontos comerciais	Software	Despesas com implantação	Total
<u>Custo</u>					
Saldo em 1º de janeiro de 2009	600	14.202	43.097	47	57.946
Adições	3	-	3.664	-	3.667
Baixas	-	(125)	-	-	(125)
Transferências	38	1.653	7.667	-	9.358
Saldo em 31 de dezembro de 2009	641	15.730	54.428	47	70.846
Adições	5	-	-	2.088	2.093
Baixas	-	(126)	(70)	-	(196)
Transferências	30	1.238	4.770	-	6.038
Saldo em 31 de dezembro de 2010	676	16.842	59.128	2.135	78.781
 <u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 1º de janeiro de 2009	-	(878)	(23.213)	(47)	(24.138)
Despesa de depreciação	-	(3.379)	(5.015)	-	(8.394)
Baixas	-	16	183	-	199
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	(4.241)	(28.045)	(47)	(32.333)
Despesa de depreciação	-	(944)	(7.698)	-	(8.642)
Baixas	-	-	(5)	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(5.185)	(35.748)	(47)	(40.980)
 Saldos líquidos em:					
1º de janeiro de 2009	600	13.324	19.884	-	33.808
31 de dezembro de 2009	641	11.489	26.383	-	38.513
31 de dezembro de 2010	676	11.657	23.380	2.088	37.801

### 13. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
Nacionais	30.324	57.480	47.027	202.364	226.213	179.477
Internacionais	1.162	-	-	6.163	7.577	9.970
Total	<u>31.486</u>	<u>57.480</u>	<u>47.027</u>	<u>208.527</u>	<u>233.790</u>	<u>189.447</u>

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólar norte-americano e atualizado até a data final de cada período.

#### Ajuste a valor presente

Em 31 de dezembro de 2010, os ajustes a valor presente no contas a foram calculados pela Companhia em R\$ R\$ 247 e R\$ 1.886 (R\$ 460 e R\$ 1.916 em 31 de dezembro de 2009) na controladora e consolidado, respectivamente, e devido a irrelevância os mesmos não foram registrados contabilmente.

### 14. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
Provisão de férias e encargos	16.365	20.857	23.572	40.483	41.097	42.118
Salários a pagar	169	37	138	169	40	138
FGTS a recolher	2.322	1.766	1.727	4.204	3.316	6.639
INSS a recolher	7.409	4.374	5.417	16.997	10.156	7.106
PIS a recolher	586	601	666	631	3.381	6.857
COFINS a recolher	2.701	2.678	3.067	2.972	15.552	43.359
Encargos de rescisão	2.053	2.030	2.054	2.053	2.030	2.054
Retenções de tributos e contribuições	-	-	-	2.705	2.180	3.521
Participações nos lucros	-	-	-	12.908	13.643	3.054
CSLL	-	-	31.491	-	-	31.491
					-	
Outros	123	115	90	81	177	132
Total	<u>31.728</u>	<u>32.458</u>	<u>68.222</u>	<u>83.203</u>	<u>91.572</u>	<u>146.469</u>

### 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda Nacional	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
Juros de 2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	219	156	184	-	156	184
Juros de 3,7 a.a. mais TJLP	-	-	-	318.727	100.898	121.678
Total	<u>6.112</u>	<u>156</u>	<u>184</u>	<u>394.031</u>	<u>101.054</u>	<u>121.862</u>
Circulante	219	156	184	75.304	101.054	121.862
Não-circulante	5.893	-	-	318.727	-	-

## GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Em relação ao financiamento captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), a liberação da linha de crédito para o Grupo foi estabelecida em R\$ 450.000, sendo R\$ 100.000 de capital de giro e R\$ 350.000 para investimentos, e as liberações ocorrem trimestralmente. O contrato tem aval dos acionistas controladores e o vencimento está previsto para 2017. No exercício de 2010, foi liberado o montante aproximado de R\$ 389.000, os quais vêm sendo utilizados para capital de giro na reforma e expansão da rede de lojas da Companhia.

### Cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

- Manter a margem EBITDA Adaptada não inferior a 12%. A margem EBITDA Adaptada corresponde ao somatório de EBITDA com as receitas financeiras, dividido pela receita líquida.
- A relação Dívida Líquida / Ativo Total deve atender a um índice de até 33%;
- Controlar a liquidez corrente num índice mínimo de 1,10.
- Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o grupo está adimplente.

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 1º de janeiro de 2009	184	-	121.862	-
Variação monetária	4	-	11.528	-
Transferências	156	-	-	-
Amortizações	(188)	-	(32.336)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	156	-	101.054	-
Captações	-	5.850	-	384.748
Juros	-	222	4.599	19.701
Variação monetária	3	-	-	-
Transferências	219	-	85.722	(85.722)
Amortizações de juros	-	(179)	(15.362)	-
Pagamento de principal	-	(179)	(100.709)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	378	5.714	75.304	318.727

## 16. OBRIGAÇÃO COM DIREITOS CEDIDOS

No exercício de 2009, a controlada Midway S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos é anuente de um contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios com Banco do Brasil S.A., com créditos cedidos pela Lojas Riachuelo S/A., tendo como fiador a Companhia, com o limite de R\$ 80.000, com vencimento em 13 de agosto de 2010, sem cobrança de encargos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2009 esta representado em R\$ 56.584, o qual foi totalmente liquidado no vencimento e não foram contratadas novas operações.

## 17. PROVISÃO PARA PASSIVOS EVENTUAIS

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, e respectivos depósitos judiciais são compostos como segue:

Natureza	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/09	2010	2009	01/01/09
Trabalhistas	-	-	-	6.883	5.016	3.090
Fiscais	36.171	24.181	14.149	67.867	48.046	33.630
Cíveis	-	-	-	7.100	6.124	4.343
<b>Total</b>	<b>36.171</b>	<b>24.181</b>	<b>14.149</b>	<b>81.850</b>	<b>59.186</b>	<b>41.063</b>

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é a seguinte:

	Controladora							
	01/01/09	Constituição	Pagamento	Encargos	2009	Constituição	Pagamento	Encargos
Trabalhistas	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiscais	14.149	8.504	-	1.528	24.181	13.475	(3.720)	2.235
Cíveis	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>14.149</b>	<b>8.504</b>	<b>-</b>	<b>1.528</b>	<b>24.181</b>	<b>11.990</b>	<b>(3.720)</b>	<b>2.235</b>

  

	Consolidado							
	01/01/09	Constituição	Pagamento	Encargos	2009	Constituição	Pagamento	Encargos
Trabalhistas	3.090	3.939	(2.885)	872	5.016	4.207	(2.340)	-
Fiscais	33.630	13.132	-	1.284	48.046	16.349	(3.720)	7.192
Cíveis	4.343	5.202	(3.421)	-	6.124	5.012	(4.036)	-
<b>Total</b>	<b>41.063</b>	<b>22.743</b>	<b>(6.306)</b>	<b>2.156</b>	<b>59.186</b>	<b>25.568</b>	<b>(10.096)</b>	<b>7.192</b>

### Processos tributários

#### a) Controladora

- Processo 2007.84.00.001176-6

Em 2007, a Companhia impetrou ação na Justiça Federal do Rio Grande do Norte, argüindo a inconstitucionalidade do pagamento do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre ICMS embutido no preço de venda. A Companhia obteve liminar para suspender tais pagamentos, motivo, para constituir a provisão, contabilizada como obrigações sociais no passivo não circulante. O processo encontra-se em tramitação na 3ª Vara Federal do RN.

Os saldos contabilizados foram atualizados pela taxa SELIC e montam em R\$ 5.904 (2009 - R\$ 4.093, 2008 - R\$ 2.520) para o PIS e R\$ 27.500 (2009 - R\$ 19.134, 2008 - R\$ 13.516) para a COFINS, ambos registrados na conta de Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.

- Processo 2008.34.00.032864-1

Em julho de 2004, a Receita Federal do Brasil deu início à ação fiscal do período de 2001 a 2004, que resultou no auto de infração, no montante de R\$ 78.683, por não registrar nem contabilizar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Em abril de 2005, a Administração da Companhia decidiu desistir desta e de todas as ações ligadas especificamente a este tributo, requerendo o parcelamento. Deste montante, R\$ 21.592, refere-se à multa isolada do processo em referência, que foi julgado pela Delegacia Regional de Julgamento em Recife-PE e está representada nos autos que tramitam na 16ª Vara Federal de Brasília, no montante de R\$ 14.395. O recurso de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade do crédito foi negado e a Companhia, em 7 de maio de 2009, efetuou depósito judicial no valor de R\$ 26.332.

Desse valor, em função dos benefícios da Lei nº 11.941/09, transformou em pagamento definitivo em favor da União, o montante de R\$ 12.789. E o saldo remanescente de R\$ 13.543, já atualizado pela SELIC, foi resgatado pela Companhia em março de 2010, totalizando, dessa forma, o montante de R\$ 14.527.

- Processo 16707.003570/2005-57

Tramita na esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil (Recurso Voluntário nº 154.775), auto de infração, lavrado por aquele órgão, tendo como objeto a utilização de incentivos fiscais do imposto de renda sobre aluguéis, cujo valor estimado monta em R\$ 150.000.

Conforme pareceres de tributaristas e dos advogados que acompanham este processo, a possibilidade de perda é remota e existem fundamentos que respaldam o reconhecimento da improcedência do lançamento do referido crédito tributário.

b) Consolidado

Processos de natureza fiscal provisionados

Os processos fiscais encontram-se em fase de defesa administrativa ou em julgamento, como segue:

- Salário-educação - Ação Ordinária

Através da Ação Ordinária nº 97.003.4561-0 e respectiva Ação Cautelar nº 98.03.067518-4, a Companhia questionou a cobrança da contribuição do salário-educação. A partir da edição da Súmula 732 do STF, a questão restou pacificada no sentido da constitucionalidade da referida contribuição. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE procedeu à lavratura de Notificações para Recolhimento de Débitos - NRDs que foram



contestadas de forma administrativa pela Companhia, em face do entendimento pela configuração da decadência, com trâmite perante os respectivos órgãos administrativos, tendo sido realizada a decorrente provisão do montante em discussão em face da possibilidade de perda provável da demanda, sendo provisionado o valor de R\$ 5.374.

- PIS e COFINS – Créditos

A Companhia está questionando, judicialmente, a inclusão de despesas consideradas como essenciais para sua atividade-fim na base de apuração de créditos de PIS e COFINS. Mensalmente, tais despesas são incluídas na base de cálculo das referidas contribuições, reduzindo o valor a pagar, sendo constituída provisão para riscos sobre tais créditos no valor de R\$ 26.322.

#### Processos de natureza trabalhista e cível

Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbas rescisórias, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes.

A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. A assessoria jurídica da Companhia faz a análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados.

Adicionalmente, a controlada indireta Midway Financeira possuía processos de natureza cível, cuja provisão contábil é de R\$ 42.

#### Processos possíveis

A Companhia possui reclamações fiscais contra no montante de R\$34.554 na Companhia (R\$13.564 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 5.332 em 1º de janeiro de 2009) e R\$ 34.633 no Consolidado considerando reclamações cíveis da controlada indireta Midway Financeira, para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível; portanto, não há provisão constituída, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os principais processos estão descritos abaixo:

- PIS - Semestralidade período de 1989 a 1992  
Refere-se ao auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal, tendo como objeto a realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral no período de 1989 a

maio de 1992, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R\$ 14.898.

A Companhia realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 92.0066185-8, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, razão pela qual interpôs recurso administrativo que depende de decisão. Esse encargo não foi provisionado tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da Companhia, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Companhia.

- PIS - Semestralidade período de 1992 a 1995

A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em virtude da realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral a partir de junho de 1992 até janeiro de 1995, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R\$7.327 e encontra-se suspenso em virtude de recurso administrativo.

A Companhia realizou a compensação na via administrativa com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 92.0055201-3, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, inclusive com aceite da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN nos autos, razão pela qual decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da Companhia, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Companhia.

- PIS - auto de infração base de cálculo indevida

Tramitava na esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil auto de infração, lavrado por aquele órgão, tendo como objeto a realização de compensação de valores relativos ao PIS indevidamente calculados e recolhidos com a inclusão das receitas financeiras na base de cálculo, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R\$ 4.804. Atualmente essa fase administrativa encontra-se encerrada passando o questionamento para o Judiciário através da execução fiscal nº 0014723-34.2010.403.6182 devidamente garantida por carta de fiança bancária e suspensa pela interposição de Embargos à Execução nº 0026003-02.2010.403.6182.

A Companhia realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 88.0038891-4, que reconheceu definitivamente o direito ao crédito em virtude da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos Leis nº 2445/88 e 2449/88, razão pela qual

decidiu-se não provisionar esse encargo, tendo em vista que essa arrecadação foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Companhia.

#### Depósitos judiciais

Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativas e judiciais garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado(IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
IR – execução fiscal (*)	-	-	-	5.596	5.596	-
INSS	2.165	1.097	626	2.719	1.651	1.180
Multa isolada(**)	-	13.543	-	-	13.543	-
Outros	<u>790</u>	<u>1.004</u>	<u>1.015</u>	<u>1.166</u>	<u>1.307</u>	<u>1.320</u>
Total	<u>2.955</u>	<u>15.644</u>	<u>1.641</u>	<u>9.481</u>	<u>22.097</u>	<u>2.500</u>

(\*) IR - execução fiscal: tendo por exequente a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, foi ajuizada, em setembro de 2009, execução fiscal que tramita perante a 11ª Vara da Fazenda Pública daquele Estado sob o nº 2009.001.228723-0. Através da referida execução fiscal, o Fisco estadual executa um montante de R\$5.596, originado através da modalidade de arbitramento administrativo dos valores relativos às operações tributadas realizadas no exercício de 2004, com a inserção de um percentual de 70% sobre as saídas de mercadorias promovidas pelo estabelecimento. Discordando do entendimento do Fisco estadual e uma vez garantido o Juízo através de depósito integral do montante executado, depósito este realizado em dezembro de 2009, a Companhia apresentou embargos à execução fiscal que representaram a suspensão do curso da execução e remessa dos autos para julgamento do mérito em primeira instância judicial. A Companhia, apoiada pelos seus assessores jurídicos internos, decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista que a probabilidade de perda desse processo foi avaliada como remota.

(\*\*) Vide explicações sobre processo tributário nº 2008.34.00.032864-1 apresentado nos parágrafos acima.

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, está representado por 62.400.000 ações nominativas escriturais, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Composição com destaque dos principais acionistas						
Acionistas	Quantidade		Escritural		Escritural	
	Total	%	Ordinária	%	Preferencial	%
Nevaldo Rocha	26.172.253	41,94	11.505.686	36,88	14.666.567	47,01
Lisiane Gurgel Rocha	8.683.922	13,92	4.204.800	13,48	4.479.122	14,36
Elvio Gurgel Rocha	8.439.718	13,53	4.015.596	12,87	4.424.122	14,18
Flávio Gurgel Rocha	8.339.717	13,36	3.915.595	12,55	4.424.122	14,18
Newton Rocha de Oliveira Jr	1.057.000	1,69	565.000	1,81	492.000	1,58
Nelson Rocha de Oliveira	672.435	1,08	336.220	1,08	336.215	1,08
CSHG Verde Máster FIM	627.855	1,01	627.855	2,01	-	0,00
Rodrigo Monte Rocha	406.300	0,65	128.000	0,41	278.300	0,89
Nilton Ferreira do Monte	395.500	0,63	5.500	0,02	390.000	1,25
Oswaldo Aparecido	373.000	0,60	203.400	0,65	169.600	0,54
Kondor I S CAP FI AC Exclusivo	331.600	0,53	309.500	0,99	22.100	0,07
Itaú Valor Ações Fundo de Investimentos	250.400	0,40	250.400	0,80	-	0,00
Outros	6.650.300	10,66	5.132.448	16,45	1.517.852	4,86
Total	62.400.000	100,00	31.200.000	100,00	31.200.000	100,00

### Direito das ações

- Ações ordinárias

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembléia Geral.

- Ações preferenciais

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos fixados pela Assembléia Geral dos Acionistas e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia, além da vantagem de dividendos superiores às ações ordinárias em 10%, nos termos da Lei nº 10.303/01. Adicionalmente, as ações preferenciais estabelecem preferência para subscrição de ações da mesma classe, no aumento do capital social, na proporção do número de ações de cada sócio.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com o Art. 4-A da Lei nº 6.474/76, as ações em circulação no mercado estão representadas por 7.555.650 ordinárias e 3.172.394 preferenciais e estão custodiadas no Banco Itaú S.A.

Os dividendos propostos foram estabelecidos como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	337.795	207.825	166.424
Incentivo fiscal do imposto de renda	(37.248)	(35.911)	(45.800)
Constituição de reserva de legal	<u>(15.027)</u>	<u>(8.596)</u>	<u>(6.031)</u>
Base de cálculo do dividendo	285.520	163.318	114.593
Dividendo mínimo obrigatório	71.380	40.830	28.648
Dividendo adicional proposto	<u>68</u>	<u>666</u>	<u>368</u>
Dividendo proposto	<u>71.448</u>	<u>41.496</u>	<u>29.016</u>
PERCENTUAL SOBRE A BASE DE CÁLCULO - %	25,02	25,41	25,32

\* Apresentados conforme apuração nos respectivos exercícios, sem considerar os ajustes decorrentes dos ajustes de exercícios anteriores, descritos na nota explicativa nº 4.3.

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/09</u>
Dividendo por ação:				
Ordinária – R\$ 1,09 (2009 - R\$ 0,63, 2008 - R\$ 0,44)	31.200.000	34.008	19.656	13.728
Preferencial – R\$ 1,20 (2009 - R\$ 0,70, 2008 - R\$ 0,49)	31.200.000	37.440	21.840	15.288

O saldo remanescente do lucro do exercício de R\$ 180.481 foi transferido para uma reserva de lucros e será utilizado na modernização das fábricas e para aumento de capital de giro, conforme orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral.

## RESERVAS DE LUCROS

### a) Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia.

### b) Reserva de investimentos

Os lucros, após as apropriações da reserva legal, reserva de incentivo fiscal - SUDENE e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital da Companhia.

O orçamento de capital da Companhia, com a justificativa de retenção de lucros para a reserva para investimentos propostos para o exercício de 2010, incluindo as fontes de recursos e aplicações de capital, será submetido pelos órgãos da

administração à Assembléia Geral Ordinária que deliberará sobre o balanço do exercício. O saldo referente à apropriação da reserva para investimentos do exercício de 2009 foi aprovado na Assembléia Geral Ordinária de 26 de abril de 2010.

c) Reserva de incentivos fiscais

Imposto de renda

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril, até o ano-base de 2017.

Conforme laudos constitutivos emitidos pelo Ministério da Integração Nacional, as condições a serem regularmente satisfeitas para a manutenção do referido incentivo nas unidades de Natal e Fortaleza são as elencadas abaixo. O descumprimento das mesmas eliminará o incentivo.

- a) Atendimento à legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente (Lei nº 6.938/81 e Decreto nº 94.075/87);
- b) Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício, observando as premissas do Decreto nº 64.214/69;
- c) Proibição da distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução;
- d) Constituição de reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social (Decreto-lei nº 1.598/77);
- e) Obrigação de aplicar o valor da redução em atividades diretamente ligadas à produção (Decreto nº. 64.214/69);
- f) Apresentação anual à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE de certidão de regularidade fiscal em relação aos tributos federais e da certidão negativa de débito para a previdência social.

A partir de 2008, o incentivo fiscal do Imposto de renda vem sendo contabilizado diretamente à conta de imposto de renda no resultado, que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 37.248 (2009, R\$ 35.911, 1º de janeiro de 2009, R\$ 45.800).

A administração da Companhia está destinando este incentivo, como Reserva de lucros – incentivos fiscais, com o pressuposto de aprovação na Assembléia Geral Ordinária. Os recursos promovidos pelo incentivo não são distribuídos como

dividendos e serão totalmente incorporados ao capital, exigência contida nas normas da SUDENE, como condições de prestação de contas.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15% (quinze por cento), mais adicional de 10% (dez por cento), e 9% (nove por cento), respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas.

#### Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI concedido até agosto do ano de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês.

Adicionalmente, a Companhia é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI, concedidos até maio de 2019, sob a forma de financiamentos equivalentes a 75% do valor do ICMS. Os financiamentos estão sujeitos a juros de 3% a.a. e a atualização monetária com base na variação da TR. A amortização das parcelas ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado, após carência de 2 meses.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de despesas de ICMS que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 64.273 (31 de dezembro de 2009, R\$ 63.675 e 1º de janeiro de 2009, R\$ 60.818).

Para operacionalização dos financiamentos, a Companhia mantém contrato firmado com o Bradesco S.A., no Estado do Ceará e a AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., no estado do Rio Grande do Norte, através de uma conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A.

#### **d) Ajuste de avaliação patrimonial**

Conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs (1º de janeiro de 2009). A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.



**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**19. PARTES RELACIONADAS**

a) Saldos

Ativo circulante

	Controladora								
	Caixa e equivalentes de caixa			Contas a receber			Estoques		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
<u>Controladas</u>									
Lojas Riachuelo S.A.	-	-	-	234.706	238.000	374.222	154.136	165.240	171.669 (a)
Lojas Riachuelo S.A. – aluguel, dividendos e outros	-	-	-	41.255	15.264	10.513	-	-	- (b)
Midway Shopping Center Ltda.	-	-	-	17.098	17.480	8.828	-	-	-
Midway S.A. – Credito, Financiamentos e Investimentos	74.391	25.635	-	-	-	-	-	-	-
Total	<u>74.391</u>	<u>25.635</u>	<u>-</u>	<u>293.059</u>	<u>270.744</u>	<u>393.563</u>	<u>154.136</u>	<u>165.240</u>	<u>171.669</u>

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo não circulante e passivo circulante

		Controladora					
		Ativo não circulante			Passivo não circulante		
		2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
<u>Controladas</u>							
Lojas Riachuelo S.A. – Duplicatas		-	-	-	333	441	469
Transportadora Casa Verde Ltda.							
Midway Shopping Center Ltda.	(d)	23.283	15.725	11.327	-	-	-
<u>Acionistas</u>							
Nevaldo Rocha – Presidente		-	-	-	5.944	13.118	718
Lisiane Rocha(vice-presidente do C.A.)		-	-	-	3	2.482	753
Elvio Rocha		-	-	-	9.964	5.799	5.742
Flávio Rocha (vice-presidente)		-	-	-	3	148	2.216
Total		-	-	-	15.914	21.547	9.429

		Controladora e consolidado		
		Passivo não circulante		
		2010	2009	01/01/2009
<u>Acionistas</u>				
Nevaldo Rocha – Presidente	(c)	5.944	13.118	718
Lisiane Rocha(vice-presidente do C.A.)	(c)	3	2.482	753
Elvio Rocha	(c)	9.964	5.799	5.742
Flávio Rocha (vice-presidente)	(c)	3	148	2.216
Total		15.914	21.547	9.429

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Transações

		Controladora		
		Receitas		
		2010	2009	01/01/2009
<u>Controladas</u>				
Lojas Riachuelo S.A. – Vendas	(a)	953.009	880.168	865.632
Lojas Riachuelo S.A. – aluguel, dividendos e outros	(b)	47.388	44.627	58.434
Midway Shopping Center Ltda.	(d)	224	1.124	-

- (a) Referem-se a transações de vendas de produtos de vestuário. As vendas para a Lojas Riachuelo S.A. são realizadas com prazos de vencimentos de 90 dias.
- (b) Corresponde aos rendimentos auferidos com locação de imóveis à controlada Lojas Riachuelo S.A., os quais são calculados a razão de 3% sobre o faturamento mensal da respectiva loja. Já os ocupados por outros setores, são cobrados aluguéis fixos.
- (c) Foram firmados contratos de empréstimos entre a Companhia e seus acionistas, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2010, montava em R\$ 15.914, na controladora e consolidado, com vencimentos para dezembro de 2015, e de remuneração correspondente a 99% da taxa do CDI.
- (d) Corresponde aos empréstimos concedidos à controlada Midway Shopping Center Ltda., cujo saldo em 31 de dezembro de 2010, montava em R\$ 1.099 (R\$ 6.897 em 31 de dezembro de 2009), e foram liquidados no início de 2011. Esse saldo vem sendo atualizado pela taxa de 99% do CDI. Incluem-se também os lucros distribuídos e não pagos pela Controlada no montante de R\$ 22.184.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucros a distribuir	22.184	8.829
Mútuo	<u>1.099</u>	<u>6.897</u>
Total	<u>23.283</u>	<u>15.726</u>

#### Divulgação de remuneração aos administradores

Os diretores da Guararapes recebem somente honorários mensais fixos, divulgados na demonstração do resultado do exercício, e não gozam de outras vantagens, a não ser, os que são acionistas que recebem dividendos, na proporção de suas ações, na base autorizada na Assembléia de acionistas. Tais honorários estão destacados na demonstração de resultado do exercício na conta de honorários da administração.

A remuneração dos diretores e membros da Administração é como segue:

<u>Remuneração</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>
Salários do conselho de administração	271	235
Salários da diretoria	12.353	11.421
Participação nos resultados (*)	13.050	1.536

\* A Lojas Riachuelo concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 2010 e 2009, foram pagos, a título de participação nos resultados, os montantes de R\$ 13.050 e R\$ 1.536, respectivamente.

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/09</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/09</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais	-	-	-	32.057	42.045	34.037
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	34.182	29.664	16.191
Provisão para riscos trabalhista, fiscais e cíveis e impostos a recolher	<u>5.510</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.461</u>	<u>18.745</u>	<u>9.687</u>
Total	<u>5.510</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>94.700</u>	<u>90.454</u>	<u>59.515</u>

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

As bases de cálculo das diferenças temporárias são compostas como segue:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/09</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/09</u>
Prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	80.142	105.113	85.093
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	85.455	77.164	51.879
Provisão para passivos eventuais e impostos a recolher	<u>36.171</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>76.921</u>	<u>50.662</u>	<u>26.181</u>
Total	<u>36.171</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>245.518</u>	<u>155.775</u>	<u>163.153</u>
IR diferido à alíquota de 6,25% (controladora) e 25%	<u>2.260</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>61.379</u>	<u>38.944</u>	<u>40.788</u>
CSLL diferida à alíquota de 9% ou 15%	<u>3.525</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33.321</u>	<u>51.510</u>	<u>18.727</u>
Total	<u>5.510</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>94.700</u>	<u>90.454</u>	<u>59.515</u>

A expectativa de realização está assim apresentada:

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/09</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>01/01/09</u>
2009	-	-	-	-	1.461	21.719
2010	-	-	-	51.912	41.492	12.311
2011	-	-	-	14.769	11.584	12.941
2012	-	-	-	11.734	15.550	11.682
2013	5.510	-	-	7.336	14.031	862
2014	-	-	-	8.949	6.336	-
2015	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.510</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>94.700</u>	<u>90.454</u>	<u>59.515</u>

Em virtude da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, o Conselho de Administração da Companhia, respaldado por estudo técnico de viabilidade e em concordância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, decidiu constituir nos exercícios acima mencionados, créditos fiscais decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**Despesa com imposto de renda e contribuição social**

A despesa do imposto de renda e da contribuição social relacionada aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro contábil antes do IR e CS	363.864	244.661	453.168	264.124
Alíquota efetiva do IR e CS	34%	34%	34%	34%
IR e CS às alíquotas combinadas	123.714	83.185	154.077	89.802
Ajustes ao lucro que afetam o resultado do exercício:				
Adições(exclusões) permanentes:				
Despesas não dedutíveis	3.327	4.460	25.212	24.542
Equivalência patrimonial	(58.682)	(19.931)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	4.296	10.666
Incentivos fiscais - IR	(37.248)	(35.911)	(37.248)	(35.911)
Constituições de créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias	(5.510)	-	(21.052)	(30.821)
Constituições de créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs	(2.503)	(2.392)	(9.912)	(9.249)
Total das adições e exclusões	<u>(97.645)</u>	<u>(53.619)</u>	<u>(38.704)</u>	<u>(40.773)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido)	26.069	29.566	115.373	49.029

A Companhia possui saldo credor de correção monetária especial, instituída pelo Artigo 2º da Lei 8.200/91, sujeito à tributação futura, no montante de R\$ 10.940 (2009 - R\$ 11.483). Essa correção monetária foi registrada para os imóveis comerciais (Nota explicativa nº 11), e o imposto de renda é calculado e contabilizado de acordo com a realização desses bens, por depreciação ou alienação, nos termos da Instrução CVM 176/92.

Considerando os incentivos de isenção e redução gozados pela Companhia, o imposto de renda e CSLL sobre o referido saldo monta em R\$ 1.663 (2008 - R\$ 1.744).

Os créditos diferidos do imposto de renda sobre o lucro líquido, apresentados no Ativo não circulante, são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social e são contabilizados quando há expectativa provável de realização desses ativos em curto prazo, estando registrados pelas alíquotas que estão vigentes na época da sua realização.

**Imposto de renda e contribuição social no passivo**

Refere-se a imposto de renda e contribuição social calculados sobre os impactos das mudanças ocasionadas pelo CPC, conforme descritas na nota explicativa 4.3 apresentada no montante de monta em 2010: R\$ 95.848 (2009: R\$ 95.365).

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

**21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita operacional bruta				
Vendas no atacado	955.223	882.041	2.214	1.873
Vendas no varejo	-	-	3.170.593	2.757.788
Operações de crédito	-	-	408.643	267.468
Locação de lojas	-	-	37.082	33.732
Serviços de transportes	-	-	2	1
	<u>955.223</u>	<u>882.041</u>	<u>3.618.534</u>	<u>3.060.862</u>
Deduções da receita operacional bruta				
ICMS	(124.168)	(114.283)	(482.766)	(419.380)
ICMS – Incentivo fiscal	64.202	63.675		
IPÍ	(846)	(216)	(2)	(216)
COFINS	(70.529)	(65.126)	(242.457)	(205.439)
PIS	(15.312)	(14.139)	(51.698)	(43.953)
ISS	-	-	(4.169)	(4.859)
Devoluções de vendas	(275)	(96)	(188.051)	(166.086)
Outros	-	-	(41.407)	(36.805)
Receita líquida	<u>808.295</u>	<u>751.856</u>	<u>2.607.984</u>	<u>2.184.124</u>

**22. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS, SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<u>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</u>				
Mercadoria para revenda	3.815	90	454.946	461.658
Materia-prima	235.070	234.919	231.039	192.603
Pessoal	238.910	205.670	234.813	168.623
Outros (e)	112.981	101.135	194.603	124.382
Total de custo dos produtos vendidos e serviços prestados	<u>590.776</u>	<u>541.814</u>	<u>1.115.401</u>	<u>947.266</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>				
Despesas com pessoal (a)	(16.662)	(15.308)	(109.371)	(102.812)
Serviços de terceiros (c)	(2.316)	(1.702)	(42.410)	(42.101)
Materiais (b)	(4.988)	(5.480)	(8.691)	(8.505)
Despesas com viagens	(240)	(254)	(9.887)	(7.193)
Serviços públicos	(1.606)	(1.422)	(4.191)	(5.478)
Impostos e taxas diversas	(2.157)	(3.084)	(15.982)	(13.338)
Multas e penalidades	(99)	(13.404)	(3.232)	(14.620)
Impressão e postagem de extratos			(38.562)	(26.729)
Outras despesas (d)	(17.987)	(13.884)	(41.731)	(8.000)
Total de despesas gerais e administrativas	<u>(46.055)</u>	<u>(54.538)</u>	<u>(274.457)</u>	<u>(228.776)</u>

**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

- (a) Corresponde a despesas com provisão de férias, 13º salários e encargos, salários e ordenados, horas-extras, gratificações eventuais e despesas com bolsistas, encargos rescisórios e gastos com vale transporte dos funcionários da Companhia e de suas Controladas.
- (b) Refere-se a gastos com aquisições de materiais para embalagens, gastos com materiais de limpeza, despesas com combustíveis e lubrificantes, gastos com peças e acessórios, materiais de escritório, cestas básicas, utilizados pela Companhia e suas controladas
- (c) Corresponde a contratação de serviços de pessoas jurídicas e físicas como: gastos serviços hospitalares, serviços de assessoria administrativa, assessoria de serviços de manutenção e consultoria de tecnologia da informação.
- (d) O grupo de Outras despesas está composto, principalmente, por gastos com honorários dos administradores, remuneração do conselho fiscal, serviços de fretes e carretos, depreciações e amortizações, despesas com taxas cartoriais, encargos judiciais, encargos e taxas diversas, despesas com serviços bancários, imposto de renda e contribuição social.
- (e) Inclui os custos dos serviços prestados da Midway Financeira S.A. e Transportadora Casa Verde Ltda.

**23. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<u>Receitas Financeiras</u>				
Operações com cartões		-	22.489	70.331
Rendimentos aplicações financeiras	2.183	1.246	17.329	1.384
Juros ativos	3.002	986	3.153	1.143
Descontos obtidos	1.433	479	9.663	10.705
Outras receitas financeiras		-	4.994	3.273
	<u>6.618</u>	<u>2.711</u>	<u>57.628</u>	<u>86.836</u>
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros sobre financiamento	(222)		(19.188)	
Juros passivos	(4.983)	(4.073)	(5.486)	(23.394)
Tarifas bancárias		-	(2.294)	(1.175)
Descontos concedidos	(1)	(29)	(27.300)	(46.872)
Outras despesas financeiras		-	(5.236)	(1.818)
	<u>(5.206)</u>	<u>(4.102)</u>	<u>(59.504)</u>	<u>(73.259)</u>

**24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

Controladora		Consolidado	
2010	2009	2010	2009



Aluguéis	47.201	44.628	-	-
Luvás		112	-	112
Recuperação de débitos	204	10.549	3.292	11.953
Tarifa de cadastro		-	7.155	8.226
Multa contratual				
Outros	(5.313)	(220)	(4.667)	269
	<u>42.092</u>	<u>55.069</u>	<u>5.780</u>	<u>20.560</u>

## 25. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2010, a controlada Midway Shopping Center Ltda. possuía 281 contratos de locação de suas lojas firmados com terceiros e com a parte relacionada Lojas Riachuelo S.A., os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, prevêm despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação. Os contratos de alugueis das áreas brutas locáveis (“ABL”) do Shopping Midway possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente a 3% a 5% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco a quinze anos, sujeitos à renovação.

No período, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 35.642 (R\$ 32.513 em 31 de dezembro de 2009) no Shopping Midway e R\$ 33.258 (R\$ 30.338 em 31 de dezembro de 2009) no consolidado.

Os compromissos futuros (consolidado), oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2010 totalizam um montante mínimo de R\$ 302.728, sendo:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
2011	33.665
2012	34.776
2013	35.927
2014	37.118
Demais vencimentos até 2018	<u>161.242</u>
Total	<u>302.728</u>

## 26. LUCRO POR AÇÃO

### Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia.

#### Diluído

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

De acordo com as determinações do IAS 33, “Lucro por ação” e do CPC 41, “Resultado por ação”, a Administração da Companhia elaborou a tabela abaixo com o intuito de demonstrar a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Numerador básico		
Alocação do lucro líquido dos períodos para os acionistas - R\$	337.795	215.095
Denominador básico		
Ações disponíveis	62.400.000	62.400.000
Lucro líquido por ação básico	5,41	3,45

GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

## a) Gestão do risco de capital

A Companhia pratica operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com a finalidade de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. O gerenciamento dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizados por meio de definição de metas, estratégias e procedimentos de controle definidos pela Administração da Companhia para que tais riscos sejam minimizados a cada exercício social. Além disso, a Companhia gerencia seus recursos, a fim de maximizá-los e assegurar a continuidade das operações das empresas controladas e controladora, com objetivo de trazer retorno contínuo aos acionistas e outras partes interessadas.

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Total dos empréstimos e financiamentos	6.112	156	184	394.031	101.054	121.862
(-) Caixa e equivalentes de caixa	- 74.680	- 25.922	- 7.019	- 131.051	- 31.609	- 33.645
(-) Títulos e valores mobiliários - disponíveis para venda	-	-	-	- 194.619	- 51.219	- 46.564
Dívida (caixa) líquido	- 68.568	- 25.766	- 6.835	68.361	18.226	41.653
Total do patrimônio líquido	1.949.478	1.683.800	1.509.903	1.949.478	1.683.800	1.509.903
Total do capital	1.880.910	1.658.034	1.503.068	2.017.839	1.702.026	1.551.556
Índice de dívida líquida	-3,65%	-1,55%	-0,45%	3,39%	1,07%	2,68%

b) Práticas contábeis significativas

Os detalhes das principais práticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritos na nota explicativa nº 2.

c) Categorias de instrumentos financeiros

	Companhia (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativos financeiros						
Mantidos para venda-						
Títulos e valores mobiliários				194.619	51.219	46.564
Empréstimos e recebíveis:						
Caixa e equivalentes de caixa	74.680	25.922	7.019	131.051	31.609	33.645
Contas a receber de clientes	<u>234.684</u>	<u>238.057</u>	<u>375.858</u>	<u>843.138</u>	<u>674.123</u>	<u>405.121</u>
	<u>309.364</u>	<u>263.979</u>	<u>382.877</u>	<u>1.168.808</u>	<u>756.951</u>	<u>485.330</u>
	Companhia (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Passivos financeiros:	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	contábil	contábil	contábil	contábil	contábil	contábil
Financiamentos	6.112	156	184	394.031	101.054	121.862
Fornecedores	<u>31.486</u>	<u>57.480</u>	<u>47.027</u>	<u>208.527</u>	<u>233.790</u>	<u>189.447</u>
	<u>37.598</u>	<u>57.636</u>	<u>47.211</u>	<u>602.558</u>	<u>334.844</u>	<u>311.309</u>

A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas direta e indireta não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos.

A Administração da Companhia e de suas controladas considera que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações contábeis pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos.

O saldo da rubrica “Financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (TJLP) e taxas contratuais (nota explicativa nº 15); portanto, o saldo devedor registrado no fim de cada período de relatório está próximo do valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários registrados pela Companhia foram classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos no patrimônio líquido. Os saldos registrados no consolidado, representados por LFT's e LTN's da controlada indireta Midway Financeira estão classificadas parte como equivalentes de caixa e parte como títulos e valores mobiliários e ambos como investimentos de curto prazo, classificadas como disponíveis para venda e reconhecidas pelo valor justo com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no patrimônio líquido. O valor justo destes ativos financeiros foram determinados com base em modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados (vide nota explicativa nº 2).

d) Riscos financeiros

As atividades da Companhia e de suas controladas direta e indireta estão expostas a alguns riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia segundo as políticas aprovadas pela Diretoria.

e) Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas direta e indireta podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado.

Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que as mesmas se originaram e, portanto, os valores de mercado são iguais aos valores contábeis. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa e também como títulos e valores mobiliários, sendo neste caso classificadas como ativos financeiros mantidos para venda.

Análise de sensibilidade de juros

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação da TJLP, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. A Administração entende que não são esperadas variações significativas dos indexadores.

f) Gestão do risco de taxa de câmbio

O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Atualmente a empresa não faz nenhum tipo de proteção a possíveis variações cambiais considerando que: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) baixo volume de importação, onde uma max-valorização do dólar norte-americano significaria uma redução das margens desses produtos.

### Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição a variações de cotação no dólar norte-americano decorrentes dos saldos de fornecedores em aberto e em moeda estrangeira no fim do período de relatório. A Administração da Companhia não considera a possibilidade de variações significativas nas taxas de câmbio.

g) **Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08**

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais à Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros.

### Risco de taxa de juros (i)

- Cenários de taxas de juros

Cenários de taxas de juros			
	Cenários		
TAXA	Provável	Possível	Remoto
CDI	10,75%	13,43%	16,12%
TJLP	9,11%	11,38%	13,66%

- Efeitos nos cenários das dívidas em função das oscilações nas taxas de juros

Impactos nos cenários das dívidas em função da alta da TJLP				
	Cenário			
Operação	Taxa	Provável	Possível	Remoto
Financiamentos	CDI	4.944	5.018	5.092
Financiamentos	TJLP	389.087	394.923	400.760
Total		394.031	399.941	405.852

- (i) Passivo com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Risco de taxa de câmbio (ii)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Valores em R\$ mil</u>		
		<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Passivo de fornecedores estrangeiros	Alta do US\$	<u>5.001</u>	<u>6.242</u>	<u>7.500</u>

- (ii) Passivo com variação cambial recalculada conforme cenários anteriormente estabelecidos.

h) Gestão de risco de crédito

As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber.

A Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$142.106 (R\$ 146.812 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 35.661 em 1º de janeiro de 2009), para cobrir os riscos de crédito.

i) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

<u>Operação</u>	<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>				
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>De 2 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	208.527	-	-	-	209.527
Financiamentos	38.342	69.954	209.862	75.873	394.031

j) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia estão basicamente registrados na rubrica “contas a receber” relacionados às transações realizadas com a controlada indireta Midway Financeira, que representam 67% (69% em 31 de dezembro de 2009) do total das transações de vendas com cartão de crédito. O restante do saldo é composto entre as administradoras constantes no mercado.

Com relação ao risco de crédito nos saldos registrados na rubrica “títulos e valores mobiliários”, a Administração acredita ser limitada a sua exposição, pois as instituições financeiras possuem altos “ratings” de crédito concedidos por agências avaliadoras de crédito.

k) Linhas de financiamento

	<u>Consolidado (IFRS e BR GAAP)</u>		
	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u>	<u>01/01/09</u>
Saldos bancários a descoberto			
assegurado:			
Utilizado	65.403	280.748	503.702
Não utilizado	1.159.502	613.511	460.416
Saldos do BNDES a descoberto			
assegurado:			
Utilizado	389.087	-	-
Não utilizado	60.913	-	-

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

O Grupo Guararapes está amparada nos segmentos denominados “Indústria”, “Varejo”, “Financeira” e “Locação”, através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

O segmento “Indústria” corresponde ao negócio de confeccionar artigos de vestuário em suas unidades fabris de Natal – RN e Fortaleza – CE, atendendo as necessidades de seu principal cliente Lojas Riachuelo S.A.

O segmento “Varejo” corresponde ao negócio de revenda de mercadorias realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País.

O segmento “Financeira” corresponde as operações de crédito ao consumidor, concedidas por meio do cartão “Riachuelo”.



**GUARARAPES CONFECÇÕES S.A. E CONTROLADAS**

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

O segmento “Locação” corresponde as locações das lojas de sua controlada Midway Shopping Ltda.

## a) Ativos e passivos

	Consolidado - (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Ativos dos segmentos:			
Industria	2.258.062	1.977.933	1.798.054
Varejo	2.031.047	1.428.169	1.222.198
Financeira	1.024.904	653.928	368.850
Outros	247.297	224.484	204.459
Eliminação de operações entre segmentos	<u>(2.392.146)</u>	<u>(1.736.980)</u>	<u>(1.336.942)</u>
Ativos totais consolidados	<u>3.169.164</u>	<u>2.547.534</u>	<u>2.256.619</u>
Passivos dos segmentos:			
Industria	2.258.062	1.977.933	1.798.054
Varejo	2.031.047	1.428.169	1.222.198
Financeira	1.047.176	668.563	368.850
Outros	247.297	224.484	204.459
Eliminação de operações entre segmentos	<u>(2.414.418)</u>	<u>(1.751.615)</u>	<u>(1.336.942)</u>
Ativos totais consolidados	<u>3.169.164</u>	<u>2.547.534</u>	<u>2.256.619</u>

**b) Resultados**

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	31/12/2010				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita Líquida	2.190.138	384.287	860.606	(827.047)	2.607.984
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.271.857)	(71.328)	(603.274)	831.058	(1.115.401)
Lucro bruto	918.281	312.959	257.332	4.011	1.492.583
Despesas operacionais	(750.955)	(160.646)	126.385	(252.323)	(1.037.539)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	167.326	152.313	383.717	(248.312)	455.044
Resultado financeiro	10.258	(12.810)	2.021	(1.345)	(1.876)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	177.584	139.503	386.274	(250.193)	453.168

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	31/12/2009				
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	1.901.656	249.506	799.258	(766.296)	2.184.124
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.150.093)	(30.292)	(552.987)	786.106	(947.266)
Lucro bruto	751.563	219.214	246.271	19.810	1.236.858
Despesas operacionais	(743.808)	(162.778)	23.791	(103.416)	(986.211)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	7.755	56.436	270.062	(83.606)	250.647
Resultado financeiro	17.488	-	(2.310)	(1.701)	13.477
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.243	56.436	267.752	(85.307)	264.124

Os valores apresentados para conciliação dos saldos contábeis refletem as eliminações das transações entre partes relacionadas para fins de consolidação.

As práticas contábeis dos segmentos reportáveis são as mesmas adotadas pela Companhia, descritas na nota explicativa nº 2. Essa é a mensuração reportada para o principal tomador de decisões operacionais para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho dos segmentos.

## 29. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém a política de não contratar seguros contra incêndios para parte substancial dos seus ativos. Essa política leva em consideração os seguintes aspectos:

- a) Parque fabril distribuído em cinco fábricas segregadas fisicamente;
- b) Imóveis comerciais, centro de distribuição e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente;
- c) Sistemas de processamento de dados protegidos por “backup”;
- d) Todas as instalações possuem aparelhamento específico para combate imediato a eventuais incêndios; e
- e) Não há, nos cerca de 50 anos de existência da Companhia, históricos de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

## 30. COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E DIREITOS CONTRATUAIS

A Lojas Riachuelo S.A. é locatária em 49 contratos de aluguel de imóveis (prédios e lojas) da Companhia, dos quais 45 são de lojas, onde os alugueis são calculados a 3% do faturamento bruto (vendas com impostos) e os demais contratos geram um aluguel de R\$ 899 a serem pagos mensalmente, sendo 2 centros de distribuição, 1 prédio ocupado pela matriz da Lojas Riachuelo S.A. e 1 depósito na região de Brasília-DF.

## 31. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Companhia define como “caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem esta conta estão representados conforme nota explicativa nº 5.

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia e controladas são como segue:

	Companhia (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	12/2010	12/2009
Dividendos propostos	71.448	41.496	71.448	41.496
Ajuste de variação patrimonial	-	-	-	63
Compensação de Imposto de renda com Impostos a recuperar	-	-	-	4.276
Aumento de “Mútuo – Acionistas” referente a transferência de dividendos a pagar	35.140	23.874	35.140	23.874
Aumento do imobilizado com a adoção do “Custo Atribuído Líquido” em 01/01/2009	-	184.630	-	184.630

### 32. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de março de 2011 foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2010, estando aprovadas para divulgação.